

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS
E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA-PDTSA

ETIANE PATRICIA DOS REIS DA SILVA

**TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO
(1996-2006)**

MARABÁ-PA
2016

ETIANE PATRÍCIA DOS REIS DA SILVA

**TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO
(1996-2006)**

Dissertação de mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela discente: Etiane Patrícia dos Reis da Silva, como requisito para obtenção do título de mestra

Orientador: Prof.Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

MARABÁ-PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Silva, Etiane Patrícia dos Reis da

Tendências da produção rural na Amazônia brasileira: o caso da região de Marabá no período intercensitário (1996-2006)/ Etiane Patrícia dos Reis daSilva; orientador, Maurílio de Abreu Monteiro. — Marabá : [s. n.], 2016.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2016.

1. Agricultura familiar – Marabá (PA). 2. Economia agrícola – Marabá (PA). 3. Reforma agrária. 4. Pecuária. 5. Desenvolvimento rural. 6. Agricultura - Estatísticas.I. Monteiro,Maurílio de Abreu, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 338.1098115

Elaborado por Alessandra Helena da Mata Nunes - Bibliotecária-Documentalista CRB2/586

ETIANE PATRÍCIA DOS REIS DA SILVA

TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO RURAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DA REGIÃO DE MARABÁ NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO (1996-2006)

Dissertação de mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, pela discente: Etiane Patrícia dos Reis da Silva, como requisito para obtenção do título de mestra

Banca Examinadora

Prof. Dr. Maurílio, de Abreu Monteiro (Presidente)

PDTSA/UNIFESSPA

Prof. Dr. José Anchieta de Araújo (Membro)

PDTSA/UNIFESSPA

Prof. Dr. José Raimundo Barreto Trindade (Membro)

UFPA

Marabá, setembro de 2016.

À minha filha, Ashanti Nehanda, que mesmo sem ainda a conhecer, me faz seguir adiante...

Ao meu marido, Janailson Macêdo Luiz, meu companheiro de caminhada e de utopias, meu refúgio nas horas de aflições.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de construção de uma dissertação de mestrado mobiliza muitas pessoas. Inicialmente agradeço à coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia- PDTSA, professora Edma Moreira, que sempre esteve presente em minha formação desde a graduação na faculdade de Ciências Sociais. Da mesma forma, agradeço à professora André Hentz, pela sempre amável presença e delicadeza que sempre dispensou a mim.

Agradeço aos professores e professoras que trilharam os caminhos das disciplinas no decorrer do mestrado Alixandre Santos, Willian de Assis, Rosana Maneschy, Hildete Pereira dos Anjos, Nilsa Brito, Idelma Santiago.

Aos professores José Raimundo Barreto Trindade, José Anchieta de Araújo e Célia Congílio pela elegância e sabedoria com que me guiaram nos caminhos teóricos metodológicos que eu deveria seguir para a concretização deste trabalho.

Gostaria eu de haver uma forma de agradecimento ao brilhantismo do meu orientador, Professor Dr. Maurílio de Abreu Monteiro. Muito obrigada por ter apostado em mim, mesmo não sendo digna de tamanho respeito.

Agradeço a minha amiga e professora Simone Contente, com quem dialogo sobre meu trabalho desde o seu início e a quem nutro a mais pura admiração.

Ao Tiese Teixeira Júnior, meu amigo querido que sempre reside em meus melhores pensamentos. Obrigada pela amizade, respeito e torcida e pelo companheirismo na trajetória desta pesquisa.

Este trabalho não seria construído sem a valiosa participação de Marcelo Camacho, meu guru da inteligência computacional, que tabulou os dados aqui analisados e que esteve sempre presente na construção desta pesquisa.

Gratidão à Regiane Paracampos, pelo carinho e cuidado que sempre dispensa a mim.

Sou muito grata por ter podido conviver durante 24 meses com meus colegas de turma, com os quais pude aprender e compartilhar experiências acadêmicas. Pelas dinâmicas dos relacionamentos, agradeço especialmente à Francinete Almeida, Alexandre Bueno, Messias Silva e Robson Lacerda pelo companheirismo em momentos de angústias coletivas e de carinho recíproco.

Por fim, todo o meu agradecimento à minha família que, com muito amor, compreendeu a minha ausência nos momentos de dedicação ao mestrado.

RESUMO

O espaço agrário brasileiro passou por mudanças intensas a partir da metade do século passado. Dentre as mudanças mais significativas, destaca-se a modernização conservadora da Agricultura brasileira, no sentido de garantir a elevação da produtividade, o que não assegurou uma nova política de reforma agrária, gerando conflitos e intensificando os já existentes. Portanto, este trabalho analisa a essência dos dados relativos ao intervalo de dois Censos Agropecuários (1996/2006), na perspectiva da dinâmica agropecuária considerada recente na Amazônia. A região de Marabá, onde se dá a materialidade da pesquisa, é marcada historicamente pela concentração da terra e também pela grande presença da população e produção camponesa. Demonstra-se que o elevado nível de concentração da estrutura fundiária de Marabá, no período censitário em questão, foi mantido. Em 1996, o coeficiente de Gini era de 0,78 e, em 2006, de 0,79. Ao lado desta rigidez fundiária houve a ampliação significativa, nos estabelecimentos familiares, da presença da pecuária bovina. Tanto que, em 1996, 41% das áreas dos estabelecimentos familiares eram ocupadas com a pecuária. Em 2006, este percentual saltou para 87%. Esta forte dinâmica de pecuarização da produção familiar, que amplia a tendência de homogeneização das estruturas produtivas do agrário da região, decorre da forma como os camponeses internalizam as políticas públicas de reforma agrária, que lhes direcionaram para áreas nas quais pouco mais de 1/10 são classificados como tendo boa ou regular aptidão para a agricultura e 3/4 classificados como dotados de boa ou regular aptidão para a pecuária; e as de crédito, vinculada a aparatos que induzem a padronização produtiva.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimento Regional; Agricultura Patronal.

ABSTRACT

The Brazilian agrarian space underwent sweeping changes from the middle of the last century. Among the most significant changes, it highlights the conservative modernization of Brazilian agriculture, to ensure increased productivity, which did not guarantee a new land reform policy, generating conflicts and enhancing existing ones. Therefore, this paper analyzes an exercise demonstration of the essence of the data for the interval of two Agricultural Censuses (1996/2006), in view of the agricultural dynamics considered recent in the Amazon. The Marabá region, where it gives the materiality of research, is historically marked by the concentration of land and also by the large presence of the population and peasant production. It is shown that unlike other regions of the Amazon, especially of the oldest borders, territorial occupation and peasant reproduction in Marabá region, has a strong tendency due to the way cattle breeding as farmers internalize constraints on meso and macro levels, especially those involved in agricultural reform as a means of access to land and the provision of rural credit. In this sense, the paper discusses the strategies, from access to public policies for rural development, the dynamics of production trends and present conditions in the Marabá region.

Key Words: Family farming; Regional development; Agriculture patronal

LISTA DE SIGLAS

ATER- Assistência técnica e extensão rural.

BASA- Banco da Amazônia.

CAT- Centro Agroambiental do Araguaia-Tocantins.

CONTAG- Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAO- Food and Agriculture Organization of the United Nations –
Organizações das Nações Unidas para alimentação e Agricultura.

GETAT- Grupo executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

MAPA-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PGC- Programa Grande Carajás.

PIN- Programa Nacional de Integração Nacional.

PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e extensão rural.

SAF- Secretaria da Agricultura Familiar.

SUDAM- Superintendência para o desenvolvimento da Amazônia.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Dimensionamento inicial da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação da terra na região de Marabá (1)	14
Tabela 2: Indicadores e classificação da produção familiar e da produção patronal para a região de Marabá em 1996	61
Tabela 3: Indicadores e classificação da produção familiar e da produção patronal para a região de Marabá em 2006	62
Tabela 4: Área, número de estabelecimentos e de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006)	65
Tabela 5: Coeficientes de Gini e de Variação referentes à estrutura fundiária de Marabá entre 1985 e 2016.	68
Tabela 6: Percentuais de área, de número de estabelecimentos e de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 – 2006)	69
Tabela 7: Valor bruto da produção por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006)	70
Tabela 8: Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas, por áreas ocupadas com a pecuária e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006)	71
Tabela 9: Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas, por áreas ocupadas com a pecuária e por agricultura familiar e não familiar (1996 -2006)	73
Tabela 10: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (1996)	74
Tabela 11: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (2006)	75
Tabela 12: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006)	76
Tabela 13: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006)	77

Tabela 14: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006).....	78
Tabela 15: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996).....	80
Tabela 16: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006).....	81
Tabela 17: Índice de Especialização de Krugman (IK) para grupos de área por produção familiar e patronal (1996 e 2006).....	85
Tabela 18: Quociente de localização (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (1996)	87
Tabela 19: Quociente de localização (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (2006)	88
Tabela 20: Dimensionamento das classes de aptidão agrícola da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação do solo.....	93
Tabela 21: Dimensionamento das classes de aptidão agrícola dos assentamentos da reforma agrária situados na área de estudo.....	94
Tabela 22: Valor dos financiamentos obtidos, por área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006).....	95

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Tábua de harmonização entre os grupos de área total constantes no Censo agropecuário de 1996 e os no de 2006.....	16
Quadro 2: Tábua de harmonização entre classes de variável constantes no Censo de 1996 e as no de 2006.	17
Quadro 3: Tábua de harmonização entre classes da variável “Valor das receitas” constantes no Censo de 1996 e as no de 2006.	18
Quadro 4: Tábua de harmonização entre as classes da variável “valor da produção dos estabelecimentos no ano” constantes no Censo de 1996 e as constantes no de 2006.	19

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mapa com indicação da abrangência espacial da pesquisa	15
Figura 2: Representação esquemática da estratégia metodológica de delimitação do universo da agricultura familiar.....	21
Figura 3: Mapa de aptidão agrícola da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação do solo	92

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Representação da evolução do efetivo do rebanho bovino na região de Marabá e no Brasil (1995 - 2012).....	59
Gráfico 2: Curvas de Lorenz da estrutura fundiária de Marabá relativas aos anos de 1985, 1996, 2006 e 2016.....	67
Gráfico 3: Curvas de Lorenz do valor da produção pecuária em Marabá relativas aos anos de 1996 e 2006.....	83
Gráfico 4: Dispersão dos grupos de atividade econômica dentre os grupos de área total na região de Marabá (CL) (1996 – 2006).	84

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3. BREVE REVISÃO SOBRE O DEBATE DA SITUAÇÃO DO CAMPONÊS NA SOCIEDADE CAPITALISTA	26
3.1. A contemporaneidade do debate	36
3.2. O terreno em que se constituíram os conceitos no Brasil.....	38
4. UMA APROXIMAÇÃO ÀS INTERPRETAÇÕES DA DINÂMICA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA.....	51
4.1. Configurações da dinâmica da agropecuária na região de Marabá.....	55
5. AS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO RURAL NA REGIÃO DE MARABÁ NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO (1996-2006).....	60
6. À GUIA DE CONCLUSÃO: POSSÍVEIS CONDICIONANTES DA PECUARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL NA REGIÃO	91
7. REFERÊNCIAS	96

1. INTRODUÇÃO

A importância que a agricultura ocupa no espaço rural varia segundo países, regiões e ecossistemas naturais, sendo condicionada por outras atividades e mudanças estruturais estabelecidas pelo regime capitalista. E a emergência e a expansão das unidades familiares representariam um exemplo de tais mudanças (SCHNEIDER, 2003).

No Brasil, o debate acerca da agricultura familiar ganhou impulso a partir dos anos 1990 em meio aos debates sobre desenvolvimento sustentável, a efervescência dos movimentos sociais no campo e os diversos programas de governo voltados para geração de emprego e de renda, a assentamentos rurais, à disponibilidade de créditos e financiamentos voltados ao campo.

Entretanto ainda há resquícios de um padrão da Agricultura brasileira baseada em uma forte concentração de terra e em políticas agrícolas orientadas aos produtores patronais, o que pressiona de maneira geral os agricultores familiares. Isto se dá, sobretudo, por conta de que a decisão sobre o que e como produzir, não são determinadas apenas pelos fatores como o preço e o lucro. Aliado à lógica econômica, funcionam outras racionalidades que tem por finalidade atender às mais diversas demandas da família, haja vista que nem todas estas demandas estão vinculadas à renda monetária da propriedade.

Como dito acima, o Brasil é um país com forte concentração de terra, e que vive uma estagnação do êxodo rural (IBGE, 2006). Esta afirmação pode ser verificada pelos números do Censo: dos 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, 4,4 milhões (ou cerca de 85% do total dos estabelecimentos rurais do país) se enquadram na categoria da Agricultura Familiar. Esses estabelecimentos ocupam uma área de aproximadamente 80,25 milhões de hectares, equivalente apenas a 24,3% do total da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiro. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada. Os estabelecimentos da Agricultura patronal, apesar de representar apenas 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares é de 18,37 hectares, e dos patronais é de 309,18 hectares.

Embora a Agricultura Familiar ocupe uma área mais reduzida em comparação à Agricultura Patronal, ela demonstra força no processo de consolidação do desenvolvimento local e maior produtora de alimentos, sobretudo para o mercado interno. Na composição da cesta básica, ela possui protagonismo. Produz: 87,0% da produção nacional de mandioca; 70,0% da produção de feijão; 46,0% do milho; 38,0% do café; 34,0% do arroz; 58,0% do leite, 59,0% de carne suína; 50,0% de aves; 30,0% dos bovinos; e 21,0% do trigo (IBGE, 2006).

Contudo, a compreensão da lógica funcional, dinâmica espacial e sistemas de produção adotados pelas unidades familiares não constitui tarefa rotineira, dado que o universo agrário é extremamente complexo em suas especificidades e racionalidades. O debate sobre os conceitos e a importância da Agricultura familiar é muito recorrente e intenso, e produz concepções por vezes diversas, oriundas, dentre outros fatores, dos debates no cerne dos movimentos sociais do campo, dos estudiosos do mundo rural e dos técnicos estatais responsáveis pela elaboração de políticas públicas voltadas para o campo.

Do ponto de vista teórico e metodológico há diferentes abordagens quanto à compreensão do tema. O próprio termo “Agricultura Familiar” envolve divergências quanto a sua definição e critérios de recorte que contribuem para a problematização da questão. Do ponto de vista empírico, há que se considerar as específicas relações econômicas, sociais e culturais, bem como a diversidades dos espaços rurais.

No caso da Amazônia, o desafio para análises da dinâmica da pequena produção familiar e da sua sustentabilidade, consiste na dificuldade de considerar a grande diversidade das formas desse tipo de atividade no campo, abrangendo extrativistas tradicionais e agricultores itinerantes, campesinato (HURTIENNE, 1999).

Nesse sentido, este trabalho tem como finalidade identificar e caracterizar as tendências da produção familiar rural e da produção patronal e suas implicações para o desenvolvimento regional, no intervalo compreendido entre os dois Censos Agropecuários (1996-2006), indicando por inferências estatísticas a estrutura da Produção Camponesa e da produção não familiar ou Patronal da área mínima adotada; Identificar alterações em fatores

condicionantes da Produção Camponesa como a atuação de atores sociais e suas relações entre alterações em fatores condicionantes das mudanças na dinâmica produtiva agrária da região de Marabá.

Quanto à dimensão espacial, a escolha da região de Marabá no Estado do Pará, para a pesquisa deve-se, em grande medida, por ser considerada uma área de “fronteira recente” marcada pela grande presença da produção camponesa, já que, em 2006, das áreas apropriadas por estabelecimentos agropecuários 30,71% delas eram por estabelecimentos com agricultura familiar. Somando-se a isso a existência de estudos, dentre eles, os estudos do CAT (1992) que revelaram a capacidade de os camponeses desta área manterem sistemas de produção com a incorporação exitosa da pecuária bovina de corte.

A análise da Agricultura familiar no Brasil é um exercício que requer um cuidado e um tratamento dos dados oficiais disponíveis, pois essa categoria só é trabalhada no Censo de 2006. Os instrumentos de análise tratados pelo IBGE, estratifica segundo a condição de produtor, o grupo de atividade econômica e os grupos de área total dos estabelecimentos agropecuários.

2. PRODECIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa, o termo agricultura familiar, produção familiar, produção camponesa, mesmo sendo utilizados em parte da literatura para caracterizar diferentes níveis de interação da produção camponesa com o mercado, são utilizados como sinônimos e sua operacionalização para identificação destas unidades recorrer-se ao preconizado para a caracterização da agricultura familiar por FAO/INCRA (2000).

Aos aspectos referentes à circunscrição espacial da pesquisa, para viabilizar a construção de séries históricas, desde os anos 1970, que irão permitir identificar tendências e alterações no comportamento de indicadores relativos a fatores condicionantes da produção camponesa tomadas como relevantes, recorrer-se à adoção da técnica de áreas mínimas comparáveis para os períodos intercensitários (AMC) desenvolvida por Reis, Pimentel e Alvarenga (2008).

Tendo por base tal técnica, a pesquisa envolveu a área que abrange, atualmente, os municípios de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas. E envolve a disputa social pela apropriação e utilização de 3,7 milhões de hectares, dois quais se procura identificar, pelos dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e de 2000 detalhes das formas de apropriação de 2,5 milhões que equivalem aos 791 mil hectares de áreas formalmente destinados à reforma agrária e aos 1,7 milhões de hectares sobre o qual não há indicação previa da forma de uso e apropriação (Tabela 1 e Mapa 1)

A base de dados utilizada foi a pesquisa do Censo Agropecuário dos anos de 1996 e 2006, produzidas pelo IBGE, tendo como recorte espacial para investigação os municípios da região de Marabá. Os dados foram extraídos da plataforma PEGASUS (IBGE) e SIDRA (Dados Agregados do IBGE) ambos apresentam rigidez na tabulação de dados e não permitem a livre combinação de variáveis. O que exigiu a exportação de dados de lá extraídos para o formato *Comma Separated Values* (CSV) que foi usado para trocar dados de uma planilha entre aplicativos por meio dos quais os dados foram tratados e organizados.

Tabela 1: Dimensionamento inicial da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação da terra na região de Marabá (1)

Formas de uso e de apropriação da terra	Censo 1985	Censo 1996	Censo 2006	CAR 2016	Imagem de Satélite
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Total da área da AMC					3.765.387
Marabá					
Total da área com apropriação patronal ou familiar	842.296	1.445.977	1.404.177	3.113.109 (4)	2.544.491
Apropriação patronal provável	643.871 (2)	1.117.727 (2)	1.059.965 (2)	2.489.189 (2)(4)	1.752.794
Apropriação familiar provável	198.425 (3)	328.250 (3)	344.212 (3)	623.920 (3)	791.697 (5)
Outras formas de apropriação					1.220.896
Área Urbana					23.818
Terra indígena					439.151
Unidade de Conservação					757.927

Notas: 1. Corresponde à Área Mínima Comparável (AMC) que abarca a configuração territorial, em 2016, dos municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

2. Corresponde à soma das áreas dos estabelecimentos com 200 ha e mais, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção patronal.

3. Corresponde à soma das áreas dos estabelecimentos com menos de 200 ha, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção familiar

4. Há casos de sobreposição das áreas de estabelecimentos.

5. Corresponde à soma das áreas dos assentamentos de reforma agrária, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção familiar

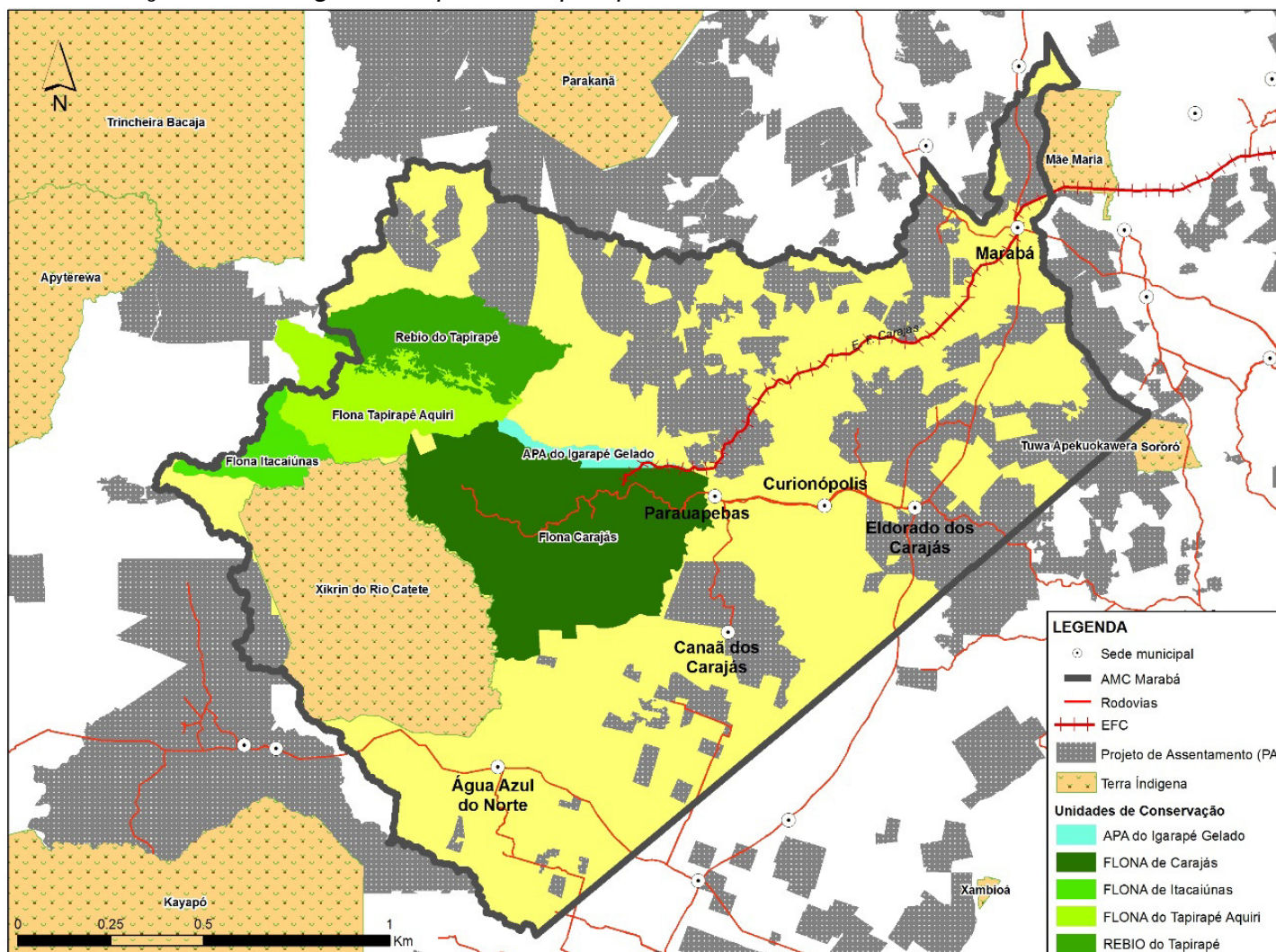
Fonte: Monteiro *et al.* (2016)

A preparação dos dados que foram utilizados na tabulação de dados do Censo e na geração de índices que auxiliarão na comparação entre 1996 e 2006, envolveu quatro etapas.

A primeira foi realização da unificação dos dados dos municípios (Água Azul do Norte, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás, este último incluído apenas em 2006) em uma área mínima comparável – AMC. Unificaram-se, inicialmente, os dados para cada um dos anos do estudo.

A segunda etapa, requereu a harmonização das classes de variáveis por vezes diferenciadas entre o Censo de 1996 e o de 2006. Para tanto foram utilizadas tábuas de harmonização que permitiram, assim, que as variáveis e suas respectivas classes fossem comparáveis em entre si, nos dois períodos. As tábuas de conversão utilizadas são apresentadas nos Quadros 1, 2,3 e 4.

Figura 1: Mapa com indicação da abrangência espacial da pesquisa



Fonte: Monteiro *et al.* (2016)

Quadro 1: Tábua de harmonização entre os grupos de área total constantes no Censo agropecuário de 1996 e os no de 2006.

Harmonização 1996-2006 utilizada		1996		2006	
k	Grupos de área total	Código	Grupos de área total	Código	Grupos de área total
1	Menos de 1 ha	1	Menos de 1 ha	1	Mais de 0 a menos de 0,1 ha
				2	De 0,1 a menos de 0,2 ha
				3	De 0,2 a menos de 0,5 ha
				4	De 0,5 a menos de 1 ha
2	1 a menos de 2 ha	2	1 a menos de 2 ha	5	De 1 a menos de 2 ha
3	2 a menos de 5 ha	3	2 a menos de 5 ha	6	De 2 a menos de 3 ha
				7	De 3 a menos de 4 ha
				8	De 4 a menos de 5 ha
4	5 a menos de 10 ha	4	5 a menos de 10 ha	9	De 5 a menos de 10 ha
5	10 a menos de 20 ha	5	10 a menos de 20 ha	10	De 10 a menos de 20 ha
6	20 a menos de 50 ha	6	20 a menos de 50 ha	11	De 20 a menos de 50 ha
7	50 a menos de 100 ha	7	50 a menos de 100 ha	12	De 50 a menos de 100 ha
8	100 a menos de 200 ha	8	100 a menos de 200 ha	13	De 100 a menos de 200 ha
9	200 a menos de 500 ha	9	200 a menos de 500 ha	14	De 200 a menos de 500 ha
10	500 a menos de 1.000 ha	10	500 a menos de 1.000 ha	15	De 500 a menos de 1000 ha
11	1.000 ha e mais	11	1.000 a menos de 2.000 ha	16	De 1000 a menos de 2500 ha
		12	2.000 a menos de 5.000 ha	17	De 2500 ha e mais
		13	5.000 a menos de 10.000 ha		
		14	10.000 a menos de 100.000 ha		
		15	100.000 ha e mais		
12	Produtor sem área	16	Produtor sem área	18	Produtor sem área

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2: Tábua de harmonização entre classes de variável constantes no Censo de 1996 e as no de 2006.

k	1996	Estratégia de harmonização	2006
1	Salários pagos em dinheiro e produtos	=	Salários pagos em dinheiro ou produtos para pessoas da família
2	Valor da cota-parte entregue a parceiros	=	Salários pagos em dinheiro ou produtos para empregados
3	Arrendamento e parceria das terras	=	Arrendamento de terras
4	Aubos e corretivos	Aubos + Corretivos do solo	Aubos Corretivos do solo
5	Sementes e mudas	=	Sementes e mudas
6	Agrotoxicos	=	Agrotóxicos
7	Medicamentos para animais	=	Medicamentos para animais
8	Sal Rações industriais Outros alimentos	Sal + Rações industriais + Outros alimentos	Sal e rações
9	Aluguel de máquinas e equipamentos	=	Aluguel de máquina
10	Serviço de empreitada	=	Contratação de serviços
11	Transporte de produção	Transporte da produção + Armazenamento da produção	Transporte da produção (transporte da produção) Armazenamento da produção (transporte da produção)
12	Imposto e taxas	=	Impostos e taxas
13	Juros e despesas bancárias	=	Juros e despesas bancárias
14	Sacarias e outras embalagens	=	Sacarias e embalagens
15	Combustíveis e lubrificantes	=	Combustíveis
16	Energia elétrica	=	Energia elétrica
17	Outras despesas	Outras despesas + Compra de matéria-prima para agroindústria	Outras despesas Compra de matéria-prima para agroindústria
18	Ovos fertilizados e pintos de um dia	=	Compras de animais

Quadro 3: Tábua de harmonização entre classes da variável “Valor das receitas” constantes no Censo de 1996 e as no de 2006.

k	1996	Estratégia de harmonização	2006
1	Flores Produtos vegetais	Flores + Produtos vegetais =	Produtos vegetais
2	Rãs Peixes Coelhos Produtos de origem animal	Rãs + Peixes + Coelhos + Produtos de origem animal =	Animais e seus produtos + Animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros) + Húmus
3	Esterco	=	Esterco
4	Produtos na indústria	=	Produtos da agroindústria
5	Exploração mineral	=	Exploração mineral
6	Serviços prestados a terceiros	=	Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros + Prestação de serviço para empresas integradoras
7	"Máquinas Outras receitas	"Máquinas + Outras receitas	Outras atividades não-agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc.) Atividades de turismo rural no estabelecimento

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4: Tábua de harmonização entre as classes da variável “valor da produção dos estabelecimentos no ano” constantes no Censo de 1996 e as constantes no de 2006.

k	1996	Estratégia de harmonização	2006
1	De grande porte	=	Animal - de grande porte
2	De médio porte	=	Animal - de médio porte
3	Aves e pequenos animais	=	Animal - pequenos animais
4	Lavouras permanentes	=	Vegetal - lavouras permanentes
5	Lavouras temporárias	=	Vegetal - lavouras temporárias
6	Horticultura e floricultura	=	Vegetal - horticultura + Vegetal - floricultura
7	Silvicultura	=	Vegetal - silvicultura
8	Extração vegetal	=	Vegetal - extração vegetal
9	Agroindústria	=	Agroindústria

Fonte: Elaboração própria.

A terceira etapa consistiu na delimitação do universo da agricultura familiar e não familiar (patronal), adotando-se a metodologia referenciada no trabalho “Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto” (CARDIM; GUANZIROLI, 2000). O estudo é resultante do projeto de cooperação técnica FAO/INCRA e foi realizado sobre a base de dados do Censo Agropecuário de 1995/96 e constitui uma evolução e aprofundamento da metodologia anteriormente empregada na análise dos dados do Censo Agropecuário de 1985.

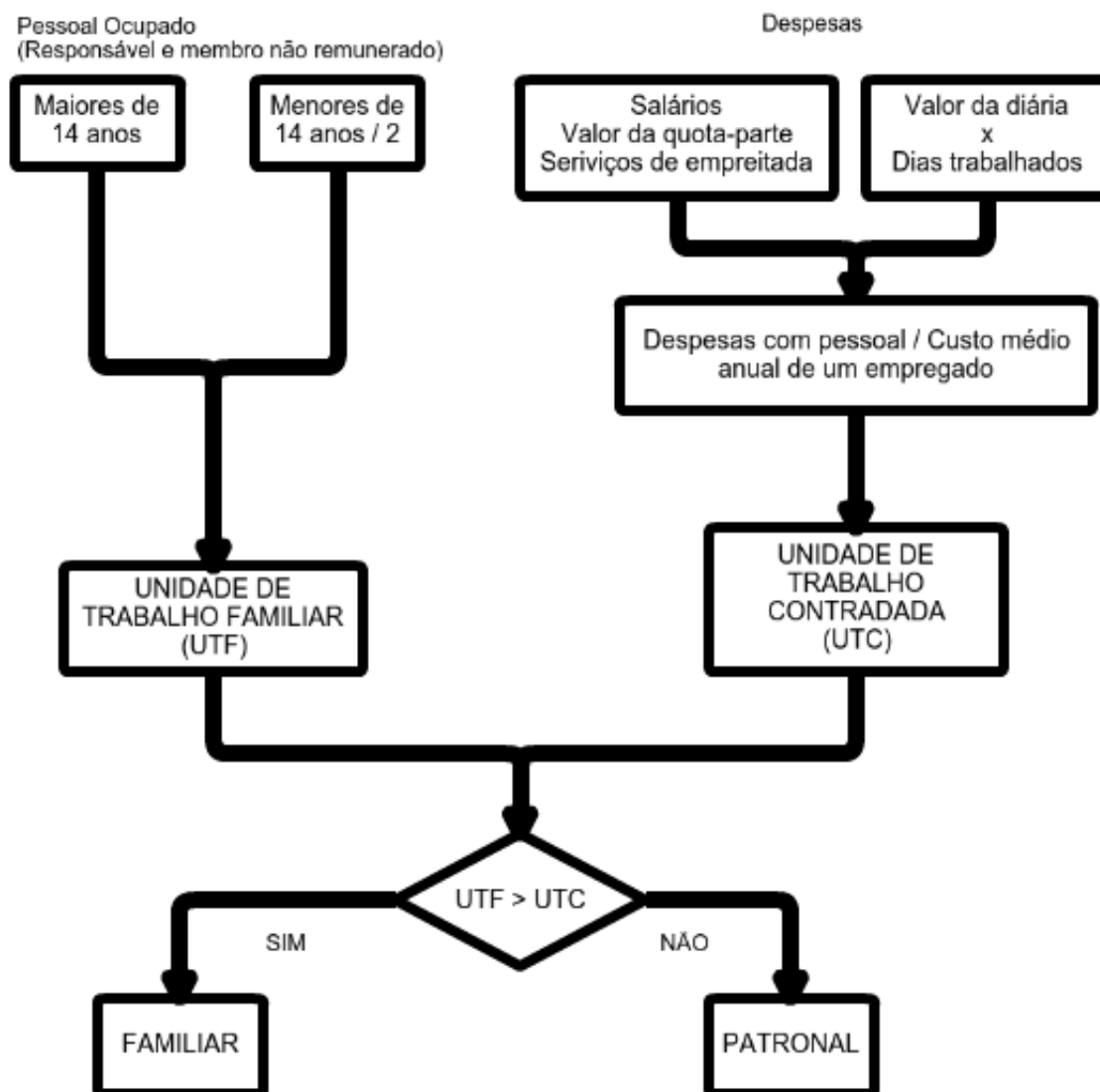
O critério utilizado pela FAO/INCRA busca classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, definindo o universo familiar como aquele que é composto por estabelecimentos que atendem, simultaneamente, três condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado e; que a sua área seja limitada a uma área máxima regional estabelecida em 5 módulos fiscais (CARDIM; GUANZIROLI, 2000; GUANZIROLI, DI SABBATO, VIDAL, 2011). De maneira a dar operacionalidade à metodologia, o número de Unidades de Trabalho Contratada (UTC) foi calculada da seguinte forma:

- 1) Obteve-se o valor total das despesas com mão -de-obra contratada, pela soma de valor das despesas com o pagamento (em dinheiro ou em produtos) da mão de obra assalariada (permanente ou temporária); valor

das despesas com o pagamento efetuado a parceiros empregados; valor das despesas com o pagamento de serviços de empreiteira com o fornecimento só de mão de obra.

- 2) Calculou-se o valor do custo médio anual de um empregado no meio rural, mediante a multiplicação do valor da diária média estadual de um trabalhador rural pelo número de dias trabalhados.
- 3) Determinou-se o número de Unidades de Trabalho Contratado (UTC), por estabelecimento/ano, sendo a divisão do valor das despesas com mão-de-obra contratada pelo valor do custo médio anual de um empregado no meio rural. Conforme esquematiza a Figura 2.

Figura 2: Representação esquemática da estratégia metodológica de delimitação do universo da agricultura familiar



Fonte: Elaboração própria.

Ressalta-se que o critério definido pela metodologia da FAO/INCRA tem um escopo mais abrangente do universo definido no âmbito da Lei nº 11.326 de 24/07/2006, que orienta o governo federal em relação às políticas públicas e as análises do Censo Agropecuário 2006.

Após a estratégia metodológica para delimitação do universo dos sistemas rurais de produção familiar e dos patronais, em 1996 e 2006, tendo por base o Censo Demográfico, a tarefa metodológica seguinte foi a de apontar medidas por meio das quais é possível inferir tendências no período intercensitário, para tanto foram selecionados indicadores de concentração e de especialização. Medidas que captam como, em cada um dos anos da pesquisa, se concentrou e como, em cada sistema de produção (patronal e familiar), se especializou no que concerne: ao valor da produção e às respectivas classes deste, descritas no Quadro 4; ao valor das receitas e às respectivas classes descritas no Quadro 3. Os valores destas duas variáveis, atinentes tanto à produção familiar quanto patronal, e seus respectivos níveis de concentração foram segmentadas dentre os 12 grupos de área total harmonizados (Quadro 1).

Tal estratégia requereu o manejo de *inputs* numéricos tomados, separadamente, e cujos valores são indicados formalmente como:

- 1) x : para o valor de cada uma das duas variáveis: valor da produção e valor das receitas;
- 2) k : cada uma das classes nas quais cada uma das duas variáveis é segmentada (Quadros 2,3 e 4);
- 3) i : cada um dos 12 grupos de área (Quadro 1).

Para se medir o grau de concentração relativo que cada um dos nove grupos de atividade econômica tem em relação aos 12 grupos de área, em cada um dos períodos de estudo optou-se por utilizar o Coeficiente de Localização CL (FLORENCE, 1948, p. 34). O coeficiente de localização é dado pela equação 1:

$$(1) \quad CL = \frac{1}{2} \sum_{i=1}^I \left| \frac{x_{ik}}{x_k} - \frac{x_i}{x} \right|$$

Para inferir o quão os dois sistemas de produção estudados (patronal e familiar) em cada um dos 12 grupos de área (Quadro 1) é mais ou menos

especializados em cada um dos nove grupos de atividades econômicas (Quadro 4) adotou-se o índice de Krugman (*IK*) (KRUGMAN, 1993, p. 76) por ser de fácil interpretação. Já que o *IK* assume valor mínimo, de zero, quando a estrutura (dos nove grupos de atividade econômica nas quais a variável “valor bruto da produção encontra-se segmentada) relativa ao *i*-ésimo grupo de área é igual a dos demais grupos de área; e valor máximo, de dois, quando a mesma classe é totalmente diferente dos demais 12 grupos de área.

Assim, o *IK* compara distribuição de cada um dos nove grupos de atividade econômica da variável “valor bruto da produção” em cada um dos 12 grupos de área com os dos demais, apontando o grau de especialização do grupo de área através do cálculo da soma da diferença absoluta entre a participação da *k*-ésima classe da “variável valor bruto” da produção do *i*-ésimo grupo de área com a média da participação relativa deste tipo classe da variável nos grupos de área restantes. Midelfart-Knarvik *et al.* (2000) formalizaram o *IK* nos seguintes termos:

$$(2) \quad IK = \sum_k abs \left(\frac{x_{ik}}{\sum_k x_{ik}} - \frac{\sum_{j \neq i} x_{jk}}{\sum_k \sum_{j \neq i} x_{jk}} \right)$$

Para avaliar, em cada um dos 12 grupos de área, a expressão da variável “valor bruto da produção” em nove classes na qual a variável é segmentada, utilizou-se o Quociente Locacional (*QL*) (ISARD, 1960). Uma vez que tal indicador permite medir quão o grupo de área, *i*, é especializada em cada um das, *k*, classes da variável *x*, relativamente ao espaço de referência, comparando a importância relativa da classe *k* no grupo de área *i* com a que a mesma classe detém no espaço de referência. Enquanto indicador relativo de especialização é definido formalmente por:

$$(3) \quad QL = \frac{\frac{x_{ik}}{x_i}}{\frac{x_k}{x}}$$

Por conseguinte, o *QL* é um indicador relativo de especialização que mensura para cada um dos 12 grupos de área em que medida um deles é mais ou menos especializado em cada uma das nove classes da variável “valor bruto da produção”. A elaboração destes índices inferirá assim:

- a) o grau de concentração relativo que cada um dos nove grupos de atividade econômica em cada um dos período estudado; e
- b) em que medida, nos anos estudados, a produção familiar e a produção patronal se especializaram ou se diversificaram em cada uma das nove atividades nas quais foram aglutinadas a produção rural.

Recorreu-se também na dissertação ao Coeficiente de Gini (G). Trata-se de medida estatística de desigualdade, usada neste trabalho para inferir o grau de concentração fundiária, quanto o grau de concentração da atividade pecuária da região de Marabá, viabilizando a comparação dos níveis de concentração entre diversos períodos.

A metodologia de cálculo do Coeficiente de Gini é baseada na Curva de Lorenz. No caso da construção do índice relativo à concentração fundiária, no eixo das abscissas (o horizontal) será disposta a distribuição cumulativa do número de estabelecimentos em percentuais e ordem crescente e no eixo das ordenadas (o vertical) os percentuais acumulados da área ocupada pelos estabelecimentos. No caso da construção do índice de concentração da atividade pecuária, no eixo das abscissas será disposta a distribuição cumulativa do valor da produção pecuária e no eixo das ordenadas os percentuais acumulados da área ocupada pelos estabelecimentos.

O coeficiente de Gini foi calculado mediante a aplicação da Fórmula de Brown, que pode ser matematicamente descrita pela equação 4:

$$(4) \quad G = 1 - \sum_{k=0}^{n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

onde:

G = coeficiente de Gini;

X = proporção acumulada da variável disposta no eixo das abscissas; e

Y = proporção acumulada da variável disposta no eixo das ordenadas.

Quanto, o índice de Gini, for mais próximo de 1 mais desigual é a distribuição da variável analisada e quanto mais próximo de 0, menos desigual.

Recorreu-se também ao Coeficiente de Variação (CV) para se inferir o grau de concentração fundiária e o grau de concentração da atividade pecuária da região de Marabá e também comparar dos níveis de concentração entre períodos distintos. O Coeficiente de variação (CV) é uma medida de dispersão relativa, pois expressa a relação percentual do desvio padrão em relação à média. Ele será usado para medir o grau de concentração em torno da média das duas séries mencionadas. Pode ser expresso, matematicamente, em termos sintéticos pela equação 5:

$$(5) \quad CV = \frac{\sigma(x)}{\bar{x}} \times 100$$

Quanto maior o valor do CV, maior é a dispersão dos valores do conjunto e quanto menor o valor do coeficiente de variação, mais homogêneo é o conjunto.

Este percurso metodológico utilizado para o tratamento dos dados relativos aos Censos Agropecuários no período intercensitário de 1996 a 2006, foi construído para uma efetiva aproximação com exatidão das características das tendências do agrário da área de abrangência pesquisada para este estudo.

3. BREVE REVISÃO SOBRE O DEBATE DA SITUAÇÃO DO CAMPONÊS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Neste capítulo, é feito um desvio momentâneo do assunto sobre as tendências da produção rural na Amazônia brasileira, para que se possa efetivar uma aproximação aos conceitos de Campesinato e de Agricultura Familiar e seus determinantes históricos e políticos. Estas reflexões teóricas são comumente debatidas por diversos pesquisadores que se lançam à interpretação das dinâmicas do mundo agrário. Estudo que será imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho. Neste sentido, foi configurado um quadro geral dos diversos posicionamentos acerca dos conceitos acima citados.

Uma destas perspectivas interpretativas tem como protagonistas os teóricos marxistas, estes por sua vez, propugnavam que, em função do avanço das forças produtivas surgidas com o desenvolvimento do capitalismo, no século XIX, os camponeses tenderiam ao desaparecimento.

O lugar do campesinato na obra de Marx possui controvérsias. Temas como Agricultura e Campesinato não foram suas preocupações teóricas, por conseguinte não possui uma organização sistemática, o que provocou diversas interpretações, por vezes equivocadas, dos momentos em que o autor se referiu aos camponeses. Para Marx, há relação entre campesinato e capitalismo. Afirmando então que, o modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e, do mesmo modo na Agricultura, subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para lucrar (MARX, 2013).

Para Armando Bartra Vergés (2011), grande parte das confusões em torno do caráter da produção camponesa dentro de uma formação social capitalista surge do enfoque metodológico com o qual aborda a questão. Afirma-se com certa frequência que o camponês tradicional proveniente de outro modo de produção, sofreu uma série de mudanças ao ser absorvido progressivamente pelo capitalismo. O problema é tratado assim, a partir de um enfoque histórico-genético, mostrando os processos de dissolução que operam sobre o universo camponês quando subsumido por um modo de produção diferente daquele que o gerou. Para demonstrar o “lugar” camponês na história, Bartra (2011) sugere algumas reflexões,

A teoria de um modo de produção é a teoria da lei básica que preside sua reprodução, o que implica não apenas sua formulação geral e abstrata, mas também o desenvolvimento de suas determinações, ou seja, a explicação das mediações e contradições por meio das quais opera. Ao compreendermos desta maneira a teoria de um modo de produção, verifica-se que a teoria de uma formação social não pode ser a teoria da articulação de dois ou mais modos de produção, um deles sendo dominante. Em uma formação social unitária, a lei econômica básica que preside sua reprodução é somente uma, e dessa forma, o que diferencia uma formação social capitalista de outra são exclusivamente as mediações específicas por meio das quais opera sua lei econômica básica [...] A existência da pequena e média produção agropecuária nas sociedades capitalistas deve ser explicada logicamente por meio da operação da lei econômica básica do capitalismo. Neste nível de análise, os conceitos de “herança histórica” ou “remanescentes do passado” são improcedentes, pois querem dar uma solução histórico-genética a um problema lógico-estrutural. (VERGÉS, 2001, p. 03).

Bosetti (2012) considera que o problema da interpretação de Marx está na situação ambígua de classe atribuída ao campesinato que, paradoxalmente à compreensão da sociedade dividida em duas classes sociais, incorporava características de ambas, ou seja, enquanto proprietário dos meios de produção poderia ser caracterizado como burguês e enquanto seu próprio assalariado incorporava a classe proletária. Além das relações de produção capitalista, para projetar a desestruturação do campesinato, como é o caso da tendência de redução dos preços agrícolas devido ao desenvolvimento da competitividade da agricultura capitalista.

Para tanto, é necessário enxergar que os apontamentos de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo e suas implicações no mundo rural, a partir de dimensões históricas e contextuais de sua produção teórica.

A partir das consequências estabelecidas pela industrialização, a discussão tomou significações ao findar do século XIX, no contexto da Internacional Comunista e o surgimento dos partidos Social-Democratas, uma vez que, embora o processo de urbanização, o número de camponeses ainda era considerável e fazia com que os partidos fossem “obrigados” a colocarem as discussões acerca do campesinato em suas agendas.

Neste sentido, um dos primeiros seguidores de Marx a tratar a questão campesinato/capitalismo, foi Karl Kautsky, ligado ao Partido Social-Democrático Alemão. Este é autor de uma obra clássica: “A Questão Agrária”, esta obra se impõe por uma discussão teórico-política e não necessariamente por uma postura empírica-científica. Kautsky (1980) aponta a emergente divisão social do trabalho na

Agricultura bem como ocorria na indústria. Segundo Bosetti (2012) os desdobramentos desta máxima seriam a especialização produtiva e a centralização do capital. Esta lógica, aplicada à Agricultura, levaria o campesinato ao “desaparecimento”, tal como havia acontecido com os artesãos diante do desenvolvimento do sistema fabril. Surgem então, alguns questionamentos tais como: “Existe lugar para o camponês na sociedade capitalista? ”

Uma das ideias utilizadas por Kautsky foi a visualização da tecnologia no processo produtivo e a escala de produção, portanto. Para o autor de *A questão Agrária*, a partir do que vivenciou em sua época sobre o desenvolvimento da maquinaria voltado para a “modernização” da Agricultura. Pode-se perceber que a obra deste autor alemão apontava para uma suposta superioridade da produção capitalista sobre a produção familiar, sendo irrefreável o movimento do capitalismo de subsunção do campesinato à lógica industrial de produção. Neste sentido, Ricardo Abramovay (2007), ilustra que:

O paradigma oferecido por Kautsky concentra-se muito mais nas relações entre agricultura e indústria, na ideia de “industrialização da agricultura”, na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto, na tendência a que o grande e não o pequeno produtor se integre com a indústria [...] (ABRAMOVAY, 2007, p.57).

Shanin (2005) aponta que nos escritos de Kautsky, a indústria é apresentada como força motriz das transformações capitalista na sociedade rural, seguindo de forma similar às leituras de realidade elaboradas por Marx na Inglaterra.

No mesmo percurso teórico, de Kautsky, Lênin, também pensador da tradição marxista, com um pouco mais de sorte de incursão empírica, tentou demonstrar a fragilidade das formas de produção camponesa diante do desenvolvimento do capitalismo russo, partiu de uma perspectiva metodológica onde utilizou dados dos censos agrícolas realizados pelos *zemstvos* (formas de auto-administração local sob a égide da nobreza) e começa então a formular sua teoria sobre o desenvolvimento rural. Apoiado em concepção rigorosa sobre trabalhos elaborados na época, projetando, desta forma, as contradições sobre a posição do campesinato no capitalismo (REDIN; CARDOSO DA SILVEIRA, 2010).

Para ele, a produção camponesa não representava um tipo de economia e sim que a economia camponesa reunia traços ambíguos, tanto da forma pré-

capitalista quanto da forma capitalista. Acreditava desta forma que a produção camponesa poderia ser a base para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mediante as formas de “junker”- ou prussiana- ou a forma “democrática” da expansão da pequena produção mercantil e sua paulatina transformação em formas capitalistas concentradas e centralizadas.

Esta divisão é fomentada pelo desenvolvimento do mercado interno, que, na visão de Lênin, garante a separação entre produção e consumo, fomentando assim, ambiguidade do campesinato. Tendo como critério o tamanho da propriedade e as técnicas acessíveis para ambos os segmentos, deduzindo desta forma, dadas as circunstâncias históricas materiais existentes, a possível emergência de uma burguesia camponesa.

Desta forma, o autor de “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” analisa o surgimento de uma forma de divisão social do trabalho, organizado pelo capitalismo na agricultura, na medida em que as forças produtivas se desenvolveriam suficientemente para constituir um mercado interno. Entretanto este desenvolvimento acaba saindo caro aos camponeses, que ao final do processo vê seu destino condenado à proletarização.

Insistindo na perspectiva marxista de análise do campesinato, Shanin (2005) demonstra as tendências implicadas pelas mudanças possibilitadas pelo desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Indo de encontro com as posições mais radicais, considera que os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas/burgueses agrários ou trabalhadores assalariados/proletariado do campo. Estes sujeitos históricos persistem ao mesmo tempo em que se integram à economia capitalista que o circundam.

Ainda nesta perspectiva, mesmo que as inflexões do desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura sejam vistas como incontestáveis, implicando em condições socioeconômicas desfavoráveis, isso não significa que tais imperativos determinem o desaparecimento do campesinato (Basetti, 2012). Sob esta ótica, o autor fala em modo de produção camponês¹, esse conceito parece ser mais

¹ Esta perspectiva do campesinato enquanto um modo de produção gerou algumas contradições no seio do pensamento marxista dedicado ao debate agrário. Shanin (2005) destaca três acepções recorrentes destas relações: Como modo de produção propriamente dito; como um, modo de produção específico compondo um modo de produção mais amplo; e como uma entidade que se relaciona com diferentes modos de produção. Em relação aos dois primeiros, são ressaltadas as limitações heurísticas sendo complicada a consideração histórica do campesinato. A segunda

maleável, sendo suscetível de reformulações em função das próprias condições históricas.

Desta maneira, uma das mais difundidas críticas à análise marxista, repousa no essencialismo teórico, uma vez que de forma sistemática procuram estabelecer um lugar para um determinado grupo social, no caso, o camponês. Nesta perspectiva reduz-se a dinâmica social à apenas duas classes. Isto possibilitou equívocos interpretativos congelando, historicamente, o camponês. Restringindo seu comportamento típico a uma dada conjuntura histórica como sendo a única condição pela qual se podia defini-lo.

Ainda segundo Shanin (2005) o problema das interpretações marxistas sobre o fim do campesinato parece estar muito mais nos intérpretes, que se apropriaram das ideias, do que do conteúdo expresso por estas. Muitas são as generalizações feitas a partir do termo camponês, inclusive dentro do próprio marxismo, o que, por consequência, pode levar à perda do conteúdo explicativo. Isto porque muitas destas teorizações perderam de vista a dimensão empírica, tornando-se distantes das experiências e práticas desenvolvidas pelos sujeitos sociais.

A lógica econômica que norteia, genericamente, o modo de produção capitalista, assenta-se nas seguintes características básicas: 1) relações de produção baseada na propriedade privada dos meios de produção; 2) sociedade cindida em classes sociais; acumulação de capital com extração de mais-valia, sendo o objetivo a produção de mercadorias que proporcionem lucro. Porém, o camponês era visto como anacrônico dentro deste sistema, uma vez que, o camponês é, concomitantemente, administrador, proprietário dos meios de produção e força de trabalho, sua produção é ao mesmo tempo voltada para o autoabastecimento como para a geração de excedentes.

O debate assentado na teoria marxista para a conceituação e compreensão do campesinato e as relações sociais por ele engendradas permaneceu circunscrito ao seu papel econômico no interior do processo de desenvolvimento do capitalista. O exercício era a investigação do processo de alteração de estruturas de organização social, formas de propriedade e de uma certa estrutura de classe.

relação, sugere uma relação de correlação com qualquer sistema econômico, considerando assim, mais próximo da realidade por não estacionar o camponês como um tipo social homogêneo e estático mundialmente.

Noutra direção, há o debate da economia camponesa em que tem como expoente, Chayanov, que examina a economia a partir de um viés da produção interna, nesta lógica, os meios de produção, terra e trabalho, estão sobre o controle familiar. Os cálculos econômicos se dão na relação consumidor x produtor. A investigação se dá na tese central de que a economia camponesa reside num sistema em que a terra, o trabalho e os meios de produção se combinam, segundo o processo de desenvolvimento familiar.

Ao comparar o modo de produção camponês com o capitalista Chayanov destaca o processo capitalista, os capitais constantes e variáveis determinam uma taxa de lucro, enquanto na perspectiva camponesa verifica-se o oposto. Na economia camponesa, o produto do trabalho gerado pela sua família é a única categoria possível de renda e, estando ausente o fenômeno do salário, a categoria capitalista do lucro não é determinante. Chayanov dedica-se em compreender a lógica do que ele chama de “modo de produção camponês, a partir dos princípios internos.

Para Chayanov (1974) o fundamento da empresa camponesa é a família. Na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é que a garantia da própria existência. A Unidade camponesa, é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que a família e as relações que dela resultam têm de ser o único elemento organizador da economia sem assalariados.

Para a unidade camponesa, não existe uma dimensão econômica que tenha que ser necessariamente atingida e que seja estabelecida por um rendimento socialmente determinado de cada unidade de trabalho aplicada, como é o caso da empresa capitalista frente aos salários. Aí a atividade econômica mínima terá que produzir valores pelo menos equivalentes ao conjunto dos salários pagos e cada trabalhador trabalhará necessariamente pelo menos até ao ponto em que o rendimento das suas atividades cubra o preço de mercado de sua força de trabalho.

Para Horácio Martins de Carvalho (2005), para a empresa camponesa, o que existe é um nível de atividade a ser necessariamente atingida que determina com que rendimento cada unidade de trabalho da família tem que contribuir. Em outras

palavras: não pertence à realidade da produção camponesa um rendimento por unidade de trabalho que seja determinante, como o é, para a empresa capitalista, o rendimento correspondente ao salário enquanto grandeza socialmente determinada, mas sim, um rendimento por unidade de trabalho determinado pelas necessidades reais da família camponesa, pelo caráter, pois da empresa camponesa enquanto unidade de consumo.

O pensamento de Chayanov, portanto, discute a necessidade de construir uma teoria que parta do suposto de que a economia camponesa não seja tipicamente capitalista. Para tanto, não se pode determinar objetivamente os custos da produção pela ausência da categoria “salário”. Desta maneira, o retorno que obtém o camponês após o final do ano econômico não pode ser conceituado como formando parte de algo que os empresários capitalistas chamam de “lucro”.

Neste sentido, ainda para o autor russo, para que a agricultura ingresse no sistema capitalista mais geral não é necessária a criação de unidades de produção muito grandes, organizadas o modo capitalista sobre a base da força de trabalho assalariada. A Agricultura, saindo de uma existência seminatural, se submete ao capitalismo comercial. Muitas vezes está sob a forma de empresas comerciais em grande escala, que conduzem massas dispersas de unidades econômicas camponesas à sua esfera de influência e vinculam como mercado estes produtores de mercadorias em pequena escala, para subordiná-los economicamente. De acordo com Chayanov (1974):

Estes vínculos comerciais que convertem a exploração familiar natural isolada em uma pequena produtora de mercadorias são sempre as primeiras maneiras de organizar as unidades econômicas camponesas dispersas e de abrir as primeiras vias de penetração às relações capitalistas no campo. Mediante essas conexões, cada pequena empresa camponesa se converte em uma parte orgânica da economia mundial, experimenta em si mesma os efeitos da vida econômica geral do mundo, é poderosamente dirigida em sua organização pelas demandas econômicas do mundo capitalista e, por sua vez, junto com milhões semelhantes a ela, afeta todo o sistema da economia mundial
(CHAYANOV, 1974, p. 306).

Nesta lógica da microeconomia, para Chayanov, o trabalho e o consumo compõem a equação da economia camponesa, mas existem outras variáveis tais como o tamanho da família, a relação entre os membros que trabalham e os que não trabalham (consumidores). A realização de uma função de produção está intrinsecamente ligada ao grau de autoexploração da força de trabalho. Portanto, o

eixo da teoria microeconômica do campesinato está no imprescindível equilíbrio entre o consumo da família e a auto exploração do trabalho familiar. Horácio Martins de Carvalho, explora esta perspectiva a partir do que chama de:

Padrão reprodutivo (grifo da autora) envolve certa configuração da distribuição do trabalho por um conjunto de atividades, cujos resultados entram direta ou indiretamente no processo produtivo -na forma de meios de produção -ou reprodutivo-na forma de meios de consumo. É, pois, um padrão de produção associado a um padrão de consumo produtivo-isto é, que se faz como necessidade estrita do processo de trabalho- e reprodutivo-inerente às necessidades de manutenção do grupo familiar e seus fundamentos de trabalho (CARVALHO, 2005.p, 185).

A realidade da produção camponesa possui características distintas de outras lógicas produtivas, mais especificamente a capitalistas, tais características se manifestam na reprodução dos seus trabalhadores diretos. Todavia, enfatiza-se que elas reproduzem sua especificidade na realidade social do campesinato, dado que, aqui como alhures, campesinato constitui uma forma mercantil.

Para compreensão da condição camponesa, Henri Mendras (1978) aponta alguns elementos que formam um modelo geral do campesinato:

Autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina mas tolera as suas originalidades; A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; Um sistema econômico de autonomia relativa e que tem relações com a economia envolvente; Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas. A função decisiva do papel dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente (MENDRAS, 1978, p.14-15)

Na agricultura camponesa, tende a prevalecer uma racionalidade organizada pela fusão da esfera da produção e esfera de consumo (CARVALHO, 2005) e a isto associado pelo balanço das necessidades (históricas e culturalmente determinadas em relação à disponibilidade interna de capacidade de trabalho, seja este direto ou gerencial, do grupo familiar.

A agricultura com bases familiares possui lógicas próprias, entretanto, à medida que estabelece relações com os mercados, essa lógica vai passando por transformações, conforme o próprio Chayanov (1974) já chamava a atenção, pois apontava para as mudanças na economia camponesa quando é amplamente baseada nas transações mercantis.

As atividades na unidade de exploração adquirem um caráter totalmente distinto quando esta ingressa na esfera da circulação de dinheiro e mercadorias. A atividade econômica perde sua matriz qualitativa. Agora as demandas podem satisfazer-se mediante compras; o interesse pela “quantidade” – obtenção da maior quantidade que, ao ser intercambiadas, pode tomar qualquer forma “qualitativa” necessária para cobrir as necessidades familiares- passa agora à frente. Ao desenvolver-se a natureza monetária, a “quantidade” obtida vai se liberando cada vez mais na quantidade e começa a adquirir o caráter abstrato de “valor”. [...] o desenvolver-se a natureza produtora de mercadorias na unidade de exploração, a organização desta em um sistema monetário, totalmente estabelecido pelas necessidades de consumo da família, começa a receber cada vez mais a influência da situação do mercado no que diz respeito à composição da unidade, e as necessidades de consumo somente continuaram pressionando para determinar o volume total da atividade (CHAYANOV, 1974, p. 140-141).

O camponês, nesta perspectiva, é inserido na lógica do equilíbrio da relação entre o trabalho, o consumo e a intensidade de trabalho, mesmo que este equilíbrio pode parecer denotar um baixo nível de bem-estar. Contudo, o camponês, demonstra certa versatilidade em momentos de carência, transmitindo um ritmo de atividade que se direciona ao limite natural ou equilíbrio natural, subjetivamente desvantajoso. Desta maneira, a lógica capitalista é insuficiente para descrever a agricultura camponesa e que o aumento da necessidade de consumo é um entrave para o equilíbrio desta economia. Assim, a ideia da atividade econômica camponesa não é como um empresário que recebe a diferença entre o ingresso bruto e os custos de produção, mas como um artesão que determina o tempo e a intensidade do seu trabalho.

Chayanov, (1974) reconhece a produção camponesa, como um modo de produção singular que tem como principais características: a produção para a subsistência, comercialização e atividades agrícolas não eventuais, não visa a acumulação de capital, unidade familiar como base, uso da força de trabalho familiar, pequena propriedade e cooperação entre os camponeses. Neste sentido ainda, a produção camponesa tem uma dinâmica específica, pois, na relação trabalho-consumo a diferenciação demográfica é um fator importante dentro do volume de produção.

Assim, entende que são as necessidades de consumo familiar que levam ao aumento da produção camponesa, na base da lógica de organização desta produção busca-se racionalizar a quantidade e a qualidade da terra, com a força de trabalho necessária ao desenvolvimento produtivo.

Para Tepicht (1973), portanto a postura do camponês e atuação efetiva das suas forças depende do ambiente social no qual a produção agrícola está envolvida. Neste sentido, este autor constata que tendo existido em praticamente todas as formações sociais historicamente conhecidas, é legítimo caracterizar o camponês como um modo de produção. Ainda que não seja originário de formações sociais específicas, já que possui como uma de suas características a incrustação em diferentes formações sociais, o campesinato pode então ser considerado por uma série de características universais, a saber: unidade indissolúvel entre o empreendimento agrícola e a família; uso intensivo de trabalho; natureza patriarcal da organização social.

Fazendo uso de uma análise de Ricardo Abramovay (2007), além destas três características básicas do *modo de produção camponês*, O autor de “Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais, encontra outra característica de orientação marxista que dá um novo sentido aos traços expostos nas dimensões acima citadas, a família cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas. A base desta diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro. O importante neste sentido, é a garantia de uma renda que permita a reprodução da própria família, como demonstrado:

[...] contrariamente ao capitalista que não aplica novos fundos sem contar com uma taxa proporcional de lucro, diferentemente do assalariado que demandará para cada hora suplementar de trabalho tanto, senão, mais que por suas horas normais, o “pessoal” de uma exploração familiar camponesa fornece, para aumentar sua renda global, um adicional de trabalho, pago a um preço mais baixo provocando a queda de seu “pagamento” coletivo. (TEPICT, 1973, p.35. *apud*, ABRAMOVAY, 2007, p. 83).

Para Tepicht (1973) a produção camponesa se organiza considerando dois fatores estruturantes principais: de um lado aquilo que ele chama de “forças produtivas não transferíveis”, que é a capacidade de trabalho de pessoas ligadas por

laços familiares; de outro lado, o tempo de não trabalho, aquele referente ao tempo biológico e cultural, que se desenvolve para além do trabalho humano.

Neste sentido ainda sob a ótica de Tepicht (1973) há a defesa de que qualquer momento da história, a família camponesa tem possibilidades de oferecer produtos agropecuários a preços menores que os da grande empresa capitalista, tornando-se assim, competitiva, uma vez imersa no mercado.

É provável, encontrar no interior da família camponesa os elementos norteadores de suas especificidades o que não necessariamente corresponde à racionalidade da lógica do mercado capitalista. O equilíbrio neste sentido, entre o trabalho e o consumo, a composição demográfica da família, são relevantes nas decisões econômicas do campesinato.

3.1.A contemporaneidade do debate

Diante das argumentações explícitas, nos deparamos com questões que sugerem possibilidades de outras racionalidades Henri Mendras, em seu livro “Sociedades Camponesas” (1978) constrói uma linha de raciocínio que, de certa medida, reafirma a tese marxista do desaparecimento do campesinato enquanto um modo de produção diante da desestruturação causada pela lógica capitalista de produção. Porém, noutra direção, aponta que a lógica camponesa transcende a estas análises, ao desenvolver a ideia de que o camponês se transforma em um tipo de agricultor profissional, adaptado ao cenário da agricultura capitalista. Dentre outras, esta perspectiva passou a ser reconhecida na Sociologia Rural como pós-marxista.

No contexto da modernização da agricultura, houve transformações na abordagem teórica da “passagem” do camponês para agricultor familiar, surgindo desta forma categorias de análises semelhantes onde a terra e trabalho, especificamente familiar, são elementos que diferenciam dos outros modos de produção na estrutura capitalista de agricultura.

Para Lamarche (1997) estas categorias: camponeses e agricultores familiares, estão intimamente ligadas em sua formação histórico conceitual, alegando que “a exploração camponesa é uma forma de exploração familiar, mas nem toda exploração familiar é camponesa”

Desta maneira, pode-se considerar que as duas formas de produção possuem em sua base a relação entre terra-trabalho-família e as variadas formas de inserção ao mercado.

A corrente que defendeu a tese da transformação do camponês em agricultor familiar foi alicerçada na ideia de a incapacidade do campesinato existir enquanto forma social de produção numa realidade marcadamente sob a égide das intensas relações mercantis, impedindo assim, sua reprodução social.

Abramovay (2007) diz que: “tão logo os vínculos de mercado, as grandes empresas e instituições nacionais tomam conta da vida na aldeia, as bases sociais da existência camponesa se esvanecem”. Desta maneira, pode-se observar de maneira sutil uma perspectiva de existência de um camponês estático, pensado tão somente de forma isolada ao mercado e a qualquer tipo de racionalização que seja a da estereotipada noção de subsistência. Contraditoriamente, não se concebe o campesinato em suas especificidades enquanto unidade produtiva, na medida em que os critérios e referenciais analíticos, usados para compreender a agricultura capitalista, são utilizados para se pensar a lógica camponesa.

Os agricultores familiares que se constituíram com a modernização da agricultura, diferenciam-se dos camponeses por sua capacidade de inserção na economia de mercado. O critério da inserção no mercado parece ser o principal fundamento da diferenciação entre o camponês e o agricultor familiar nas abordagens pós-marxistas, embora a maioria dos enfoques sobre as sociedades camponesas não excluísse esta integração. Isso pode ser visto em autores como Éric Wolf (1976) que defende a ideia de que o campesinato sempre existiu dentro de um sistema maior e que assim, suas estratégias de produção acabam sendo adaptadas em função das características das sociedades às quais fazem parte.

Nesta perspectiva, a interpretação da persistência camponesa no século XXI pode ser entendida a partir de uma determinada perspectiva teórica que remonta à compreensão da microeconomia Chayanoviana e, de um contexto no qual se acentua uma crise no modelo produtivista. Dentre os teóricos, destaca-se Jan Douwer Van der Ploeg, autor de *Camponeses e Impérios alimentares* publicado em 2008. Este autor trabalha com a definição de “modo camponês de fazer agricultura, o qual centra nas formas múltiplas e internamente coerentes como os camponeses

determinam o processo agrícola de produção. Desta maneira, o autor remonta as características da “condição camponesa” a saber:

[...] a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez permite formas de coprodução entre homem e natureza viva que interagem com o mercado, permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e se realimentam na base de recursos e a fortalecem melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, desta forma, reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos próprios poderão ser fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (VAN DER PLOEG, 2008p. 40)

Este autor retoma a concepção de um modo de produção camponês com suas especificidades, especialmente em relação à relativa autonomia ao mercado capitalista. Vander Ploeg (2008, p. 23) visualizou um caminho inverso ao que foi renunciado pela teoria marxista clássica, que é o processo de “recampanização” presente nos países subdesenvolvidos e, inclusive nos países de desenvolvimento econômico acentuado apontando, segundo o autor, um movimento não linear da crise agrária.

Desta forma, o processo de “recampanização” pode ser considerada como uma estratégia de reprodução, forjada por empresas familiares que estão excluídas da lógica produtivista dominante que é o modo de fazer agricultura capitalista. Seria uma racionalidade que difere da racionalidade capitalista e, ao mesmo tempo, opera elementos fornecidos pela lógica da agricultura capitalista. Explorar ao máximo os recursos naturais e humanos, disponíveis na unidade produtiva tonando-se assim, estratégias de fuga à dependência e a à subordinação total aos mercados que tornariam inviável a reprodução da unidade familiar.

3.2.O terreno em que se constituíram os conceitos no Brasil

As transformações no campo brasileiro começaram passar por um processo intenso na década de 1950, a partir da instalação das indústrias produtoras de insumos para a agricultura (máquinas, adubos químicos e agrotóxicos), o Estado brasileiro atuou montando todo o cenário de incentivos para o uso dessas

tecnologias. Surge então a Revolução Verde, modelo que preconizava a modernização da agricultura que só veio a se consolidar na década de 1960.

Na década de 1980, o apoio do governo às estatais começa a ser sufocado pelas medidas de combate à inflação, apesar de não comprometer o desenvolvimento tecnológico. Na década de 1990, surgem os primeiros resultados do apoio às pesquisas iniciadas na década de 1970, acrescentando novas tecnologias no processo tendo como característica o fortalecimento das pesquisas em biotecnologias.

Este modelo de desenvolvimento da agricultura, não foi suficiente para resolver os problemas, se por um lado a modernização aumentou a produção agrícola gerando divisas econômicas a partir da exportação, por outro, deixou marginalizado milhares de agricultores que por várias circunstâncias, não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção.

Para Veiga (1995) Até a década de 1980, a noção utilizada para fazer referência ao campesinato era a de “pequena produção”. Durante alguns anos parte dos intelectuais considerou que a principal diferença entre as formas de produção do setor agropecuário residia no tamanho dos estabelecimentos. A oposição entre o pequeno e o grande produtor não somente dominou o debate sobre a estrutura social da agricultura, como chegou a ter grande influência em controvérsias teóricas sobre o próprio desenvolvimento capitalista.

Abramovay (1995), parceiro de José Eli da Veiga, na difícil tarefa de compreender o espaço agrário brasileiro, afirma que a área de superfície dos estabelecimentos agrícolas, utilizadas para diferenciar o pequeno do grande produtor, além de ter uma base teórica que despolitizava o debate acerca do pequeno agricultor, levava a inferir que o universo da *pequena produção* estava declinando. As ações de medição iam ao encontro da ideia de que quanto mais desenvolvido o capitalismo no campo, maiores serão os estabelecimentos agrícolas e o uso de mão-de-obra assalariada em sua atividade. Ou seja, a pequena produção era uma categoria transitória, uma vez que, o “natural” seria que o campo acompanhasse o desenvolvimento do capitalismo. A base empírica de sustentação desse discurso por parte significativa da academia era a própria medição de tamanho de propriedade criada por ela. Preocupações sobre o êxodo rural, por conta da dificuldade dos agricultores familiares permanecerem na terra, sem a

participação do Estado, e sendo pressionado politicamente pelos grandes produtores, não era elemento levado em consideração nas análises realizadas pelos acadêmicos.

O processo de democratização iniciado em 1985, configurou a reorganização dos movimentos sociais do campo a exemplo para este processo, a CONTAG-Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura e a construção de suas demandas: terra e políticas agrícolas específicas.

Diante das reivindicações pautadas pelos movimentos sociais do campo, a compreensão da dinâmica da produção familiar rural e sua posição diante das políticas econômicas do país, passou a ser objeto de pesquisa. Assim, no terreno da estrutura política que se incorpora a categoria Agricultura familiar.

No Brasil, há variados caminhos interpretativos. Wanderley (1998) aponta para quatro esquemas teóricos sobre a Agricultura Familiar: refere-se ao debate em relação à existência do campesinato no Brasil; discorre acerca das perspectivas da Agricultura familiar e estudos que analisam o processo de migração interna e, a quarta e última interpretação, refere-se à atuação dos movimentos sociais do campo.

A existência de um campesinato no Brasil nos remete a outras duas correntes de análises. A primeira se origina no pensamento social que nega a existência de um campesinato brasileiro. Em contraposição a esta, há a corrente que recorre ao pressuposto inverso na reconstrução e análise própria da história agrária brasileira, tendo como foco analítico o lugar do campesinato no interior da sociedade colonial e do sistema de dominação escravocrata (CARDOSO, 2008) e as formas tradicionais de produção e reprodução social do campesinato no Brasil em especial ênfase à inserção dos camponeses na vida social local (CANDIDO, 1964; PEREIRA DE QUEIROZ, 1973).

A outra vertente, perspectiva que apontam para o aprofundamento das análises sobre esta forma de agricultura reage ao processo de modernização da sociedade, de modo geral, e do setor agrícola, em particular. Os estudos que seguem esta linha reproduzem a mesma problemática encontrada em grande parte dos países, onde a modernização da agricultura camponesa tradicional (WANDERLEY, 1998).

Esta categoria surge no processo de diferenciação social, sendo que passou a ser incorporado na lógica do desenvolvimento do capitalismo no campo em oposição ao camponês.

A Agricultura familiar, em termos gerais é uma noção que designa o estabelecimento da relação entre trabalho, terra e trabalho orientado numa unidade de produção. É entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 1998, p. 25).

Wanderley (1998) evidencia o estudo coordenado por José Graziano da Silva na década de 1970 sobre a contribuição dos estabelecimentos com até 50 hectares em que se presumia estivesse a agricultura camponesa, para o abastecimento interno do país em produtos alimentares contrapôs a ideia até então predominante de que o minifúndio era improdutivo. Este e outros estudos serviram de contraponto ao argumento até então utilizado para a intervenção estatal em favor da grande propriedade. Aliado a isso, estudos como o de Kageyama e Bergamasco, que buscam dimensionar a Agricultura familiar, contribuíram significativamente para avançar o debate contra a grande propriedade, bem como, fortalecer a discussão sobre a existência da Agricultura familiar.

Um outro olhar é sobre aos estudos que fazem referência ao significado das fronteiras agrícolas, estudos sobre o movimento migratório interno, efeito do enorme processo de êxodo para as cidades, como também o movimento de deslocamento da população no interior das próprias áreas rurais para a direção das fronteiras agrícolas.

Diante disto, a forma de organização rural estabelecida, é um universo complexo de compreensão e caracterização do que vem a ser a Agricultura familiar. Segundo GARCIA-FILHO, 2000, p. 09) isto se dá também pela complexidade dos ecossistemas, que representam potenciais ou impõe limites às atividades agrícolas e no modo de utilização do espaço que essas sociedades adotam representando um esforço de adaptação ao ecossistema, buscando explorar da melhor maneira possível o seu potencial ou minimizar os obstáculos. Segundo o mesmo autor, “na agricultura, isto resulta na existência de distintos tipos de produtores, que se diferenciam tanto pelas suas condições socioeconômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas práticas agrícolas”.

Neste sentido a definir em termos gerais o que seria agricultura familiar conceitualmente requer um exercício teórico vasto.

O conceito de Agricultura familiar utilizado pelo Dossiê Estatístico elaborado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations -Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação 1996), define a Agricultura familiar a partir de três características centrais: 1) Gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de consanguinidade ou pelo casamento; 2) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família e 3) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Percebe-se, desta forma, que a caracterização da Agricultura Familiar se dá sob a relação: terra, trabalho e família.

Há vários estudiosos que remontam do ponto de vista, histórico, político e ideológico a categoria Agricultura familiar. Para Lima e Figueiredo (2006) adotar o termo Agricultura familiar expressa, deliberadamente, uma estratégia, num momento de transição política, levando em consideração que “camponês” é fundamentalmente uma identidade política e ideológica de sujeitos que, através dos anos resistiram e resistem ao processo de dominação capitalista.

A concepção de Agricultura familiar traz consigo, a reafirmação do tripé característico terra-trabalho-família, mas, sobretudo a marca histórica do processo de conquista que caminha junto com acepções conceituais.

Wanderley (2009) aponta que há dificuldades no âmbito do exercício de atribuir valoração conceitual à categoria Agricultura Familiar que foi difundida no Brasil, especialmente a partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar). As posições a este respeito são bastante variáveis. Para muitos, esta categoria se confunde com a definição operacional adotada pelo PRONAF, quando determinam uma tipologia aos produtores beneficiários.

Há também os que pensam que a Agricultura familiar se trata de um certo estrato de agricultores capazes de se adaptarem às exigências, modernas

exigências do mercado, Wanderley (2009) destaca ainda que esta dinâmica se dá em oposição aos “pequenos produtores”, incapazes de assimilar estas modificações. São os chamados “consolidados” ou que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supondo assim, que as políticas públicas devem construir as bases para a formação deste segmento.

Desta feita há a reafirmação de que o Agricultor Familiar é o ator social da agricultura moderna e este processo, é resultante da atuação do próprio Estado.

A esta altura do debate das transformações históricas e conceituais, a ideia de decomposição do campesinato está anulada, sendo assim, aos agricultores familiares modernos, é concedido a condição de atores sociais construtores e parceiros de um projeto de sociedade e não simplesmente objetos de intervenção estatal, sem história. (WANDERLEY, 200,p.189)

Para Hugues Lamarche (1993), os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência chamada sociedade englobante.

A realidade em que se expressa a Agricultura Familiar na atualidade, no caso brasileiro, é resultado de um processo iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais das últimas décadas. Lamarche (1993) visualizando um quadro mais amplo diz que “evidentemente a exploração familiar tem passado também por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia, foi bastante afetada pelo caráter “conservador” da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

De acordo com Lamarche (1993) parte dos “pequenos agricultores” é excluída do processo de modernização, conservando muitas de suas características tradicionais: a dependência em relação à grande propriedade a precariedade do acesso aos meios de trabalho, a pobreza dos agricultores e sua extrema mobilidade social. Por outro lado, ainda segundo a lógica do autor, os produtores familiares que se modernizam “devem continuar a assumir a propriedade fundiária e a dependência penosa e ambígua do trabalho assalariado, que se constitui geralmente de um ordenado pago à força de trabalho local e somente em alguns raríssimos casos

indica uma mudança qualitativa do ponto de vista estrutural” (LAMARCHE,1993, p.179)

O processo de modernização, também foi responsável pela inviabilidade da produção, pela baixa competitividade e pelo baixo poder de barganha das propriedades de nível familiar, obrigando muitos destes produtores a venderem suas terras para aventurarem-se nos centros urbanos ou sendo obrigados a conviverem em condições miseráveis abandonados pelos programas excludentes de incentivo a modernização da agricultura.

Lamarche (1998), em sua pesquisa comparativa sobre as lógicas produtivas na agricultura desenhou quatro modelos teóricos de funcionamentos dos estabelecimentos a partir das lógicas familiares e do grau de dependência com a economia de mercado. Estes modelos teóricos tentavam determinar o universo da agricultura, em especial da agricultura familiar, e foram aplicados em inúmeros países do mundo, dentre eles, o Brasil.

Para determinar o grau de intensidade das lógicas familiares, o autor trabalha com três temas já citados acima: Terra, o trabalho e a reprodução familiar. No que tange a terra, existem três variáveis de análise: a própria propriedade fundiária; a importância dada à propriedade e o apego à terra. Em relação ao trabalho, a preocupação é com a organização do trabalho (divisão de tarefas, trabalho contratado). Por último, a reprodução do estabelecimento (profissão dos filhos, relação da criação com a lógica da permanência no estabelecimento, compra de máquinas).

Levando em consideração o grau de dependência, tem-se à relação com tecnologia, dependência financeira e ao mercado assim:

Um sistema de produção intensivo utiliza geralmente técnicas modernas que levam o produtor a uma maior dependência externa: a dependência tecnológica, estas tecnologias por sua vez, sempre sofisticadas, exigem cada vez mais assistência de especialistas. A dependência financeira se dá na lógica de que estas aquisições encarecem a produção, o que leva o produtor aos mercados de créditos. (LAMARCHE, 1998, p.65)

Tais estudos possibilitaram, juntamente com a organização dos movimentos sociais do campo, levou à criação de princípios institucionais. As mobilizações políticas impulsionaram repostas estatais, dentre estas, O PRONAF- Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, criado em 1996 que institui a categoria Agricultura Familiar.

Segundo Pavan (2011), juntamente com a incorporação desta categoria nos debates e estudos sobre o tema, esta nova categoria foi alvo de significados amplos e heterogêneos. O consenso sobre o uso do conceito foi alcançado, mas as categorias relacionadas a ele ainda eram discutidas. Exemplo disto foi o alargamento do uso de trabalho familiar em novas categorias socioeconômicas de produtores assistidos pelo PRONAF. Este alargamento do termo levou ao fato de que este programa nacional formalmente orientado a esse segmento no país. Enquanto política pública, o PRONAF foi materialização de reivindicações, porém enquanto instrumento de política pública específico aos agricultores familiares, este programa, por ser muito abrangente deixava de atingir àqueles que totalmente estão à margem.

A lei 11.326 de 24 de julho de 2006 estabeleceu a institucionalização do conceito e diretrizes para formulações da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Conceitos genéricos já eram utilizados, por exemplo, na designação aos segurados especiais em economia familiar, instituído pela Previdência Social.

Para a lei, o agricultor familiar é aquele que atende aos seguintes critérios:

- I Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro módulos fiscais);
 - II utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família
- § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou de outras formas coletivas de propriedades, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 módulos fiscais;
- § 2º São também beneficiários desta lei:
- I silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
 - II aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 há (dois hectares) ou ocupem até 500 m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-redes;
 - III extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural excluídos os garimpeiros e faiscadores;
 - IV pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III, IV do caput deste artigo e exerçam a atividade artesanalmente.

Neste sentido, pode ser possível dizer que a Agricultura familiar no Brasil, apresenta uma gama de situações históricas e se constitui enquanto uma base social e econômica do desenvolvimento agrícola e que exige reflexões amplas para compreender as razões estruturais que levam esta organização social de formas distintas e complexas de outros ramos da vida econômica a se complexificarem e agregarem outras formas de subsistirem social e historicamente.

Levando em consideração o contexto da persistência histórica do campesinato e da produção familiar, é necessário refletir sob quais pilares e quais lógicas macros esta persistência se mantém.

Neste sentido, este trabalho também tem em sua estrutura o intuito de discutir a possibilidade ou não de haver transferência e/ou eliminação da renda da terra em condições de articulação entre Capital e Agricultura familiar e a proposição de uma concepção de renda fundiária “não realizada”, gerada na pequena produção agrícola.

Na compreensão deste debate, resgatamos as diferenciações conceituais acima descritas, a noção do campesinato e a noção da moderna agricultura familiar tecnificada no processo de materialização da expansão capitalista quanto às redefinições de antigas relações sociais agrárias, destas não apenas as relações de subordinação à reprodução do capital, como também as outras relações não capitalistas. O capitalismo recria a agricultura familiar ao manter formas de captação de trabalho gratuito no campo.

Segundo Costa Neto (1998) expõe os mecanismos de interceptação e transferência intersetorial da renda fundiária presente “não realizada” e as condições de existência da uma renda fundiária futura, capitalizada. Desta maneira afirma que pequena produção agrícola familiar aparece como solução contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo, como um processo de “complementaridade contraditória” entre agricultura familiar e capitalismo industrial-financeiro. Esta dicotomia também é estruturante de outra dicotomia, a funcionalidade entre a pequena produção agrícola, por um lado, e a grande atividade industrial e de crédito, por outro, não reconhecem a desfuncionalidade da relação em questão.

Neste sentido, o autor chama a atenção para o conceito de economia camponesa, uma vez que é necessário relacionar a pequena produção ao processo

de acumulação capitalista global, ressaltando a questão da expropriação do camponês quando de sua vinculação ao mercado. O pequeno produtor não somente permitiria a acumulação em outros setores, notadamente no ramo industrial, ao prover alimentos barateados à população, como também transferiria valor para a sociedade quando interfere indiretamente na fixação do valor da força de trabalho urbano-industrial.

Esta transferência de valor decorre da deterioração dos preços agrícolas em relação aos preços industriais, o que resulta tanto das relações de troca quanto do atraso relativo da pequena produção agrícola com respeito ao setor industrial. No mercado, os produtos agrícolas não gozam de reciprocidade do valor-trabalho, já que o preço de mercado corresponderia à valorização média do produto, levada em conta a taxa média de lucro das relações capitalistas em geral. Neste caso, os produtores não capitalistas forçariam os preços agrícolas para baixo, contribuindo para a redução do valor da força de trabalho industrial, já que a incidência dos alimentos no custo geral familiar é muito alta, especialmente, em países desenvolvidos (COSTA NETO, 1998).

Diante desta relação, a depreciação do valor da força de trabalho industrial, canaliza lucros superiores para os empresários capitalistas e confere um ritmo mais acelerado à acumulação. Mediante estes caminhos-mercado e deterioração das relações de troca os setores mais desenvolvidos e concentrados da economia se apropriam dos excedentes produzidos pelas suas áreas mais “atrasadas”.

De acordo com esta dinâmica, os preços fixados aos produtos agrícolas, não são estabelecidos a partir da lógica da reprodução ampliada do capital na própria agricultura, mas conforme as necessidades de reprodução do capital na indústria.

Para Martins (1986) esta realidade se dá também no plano político, uma vez que, se percebe que os preços estão sujeitos a tabelamento e a interferências políticas que podem fixá-los de cima para baixo, de conformidade com os interesses do capital urbano e industrial.

Para Marx, os pequenos produtores mercantis deixam de receber a renda da terra, o lucro e a parte de seu salário. Na medida em que isso acontece o remanescente que lhes cabe deve ser qualificado como “salário” e o restante (o lucro e a renda) vai para o conjunto da economia. A questão sugerida do debate

então, seria para qual setor da economia ou da sociedade, iria os benefícios do trabalho fornecido gratuitamente pelo agricultor familiar?

A concepção em torno do modelo de “economia camponesa” que aponta a funcionalidade desta, em relação ao capital industrial urbano, compreende que parte do trabalho familiar agrícola, não remunerado, beneficiaria basicamente os setores economicamente dominantes dos ramos industrial, comercial e financeiro, uma vez que a redução dos preços dos alimentos básicos, mais cedo ou mais tarde, implica na própria depreciação do valor da força de trabalho com consequentes perdas salariais.

A partir de Martins (1986) pode-se perceber que neste tipo de análise centrada na articulação entre a agricultura familiar/ capital industrial financeiro, a partir de uma dinâmica histórica, que a renda fundiária a ser potencialmente retida pelo agricultor, na realidade, flui para os lucros bancários, via dependência do sistema de crédito, e também incrementa a taxa de lucro das grandes empresas industriais ao baratear a reprodução da forma de trabalho industrial.

É possível corroborar a interpretação segundo a qual a ocorrência de transferência de valor entre segmentos produtivos depende fundamentalmente do pleno funcionamento da lei do valor, o que não sucede nas situações em que se envolve a pequena produção familiar mercantil. De acordo com Marx (1981), em condições de pequena produção ocorre uma perturbação da lei do valor, na qual o trabalho excedente dos agricultores familiares é cedido gratuitamente à sociedade. Há, porém, outras perspectivas da questão. Algumas vertentes marxistas, identificadas com as concepções que remetem à existência estrutural da “economia camponesa”, valem-se das noções de intercâmbio desigual e de troca não equivalentes, para dizer que ocorre transferência de valor quando o agricultor vende sua mercadoria a um preço inferior ao de seu valor, realizando, assim, uma operação de troca não equivalentes (COSTA NETO, 1998).

De acordo com Bartra (1987) este intercâmbio desigual parece gerar uma quantidade de valor, que na realidade não provém do próprio intercâmbio. É o lucro que o dono da unidade produtiva embolsaria se o trabalhador não fosse ele mesmo. Outro viés interpretativo, sugere que os efeitos perturbadores da lei do valor: os intercâmbios entre mercadorias e entre produtos do trabalho consistiriam em troca de equivalentes ajustados e regidos pela lei do valor.

Se inclinarmos nossas concepções ao que Marx preconizou sobre a renda da terra, perceberemos que a preservação da pequena produção familiar, na verdade, está associada a fatores de sustentação do desenvolvimento capitalista, havendo razões que justificam pensar em complementaridade entre ambos. As transferências de valores ou de renda da terra são inviáveis se parte da premissa de que devido à peculiaridade de sua organização mercantil e de seu autoconsumo, a pequena agricultura familiar não é regida pela lei do valor. Em relação à renda fundiária, esta tampouco é passível de ser transferida do contexto econômico agrário para o industrial, desde que se conceba tal transferência como necessariamente vinculada às formas capitalistas de produção, as quais para existir, dependem da plena vigência da lei do valor, o que não ocorre na produção camponesa.

Sobre esta questão, e levando em consideração que a renda da terra é se constitui em parcela necessária da mais-valia gerada na agricultura e que sua eliminação somente ocorreria pela supressão da lei do valor, isto é, do fim das relações capitalistas de produção, Costa Neto (1998) formula os seguintes questionamentos: Se a renda fundiária não é transferida setorial ou intersetorialmente, das pequenas áreas de cultivo mercantis, então ela seria simplesmente eliminada. Propiciando algum tipo de lucro automático ao segmento socioeconômico diretamente envolvido nas transações com o pequeno produtor? E ainda: se a renda da terra se determina pelo movimento do capital plenamente constituído o próprio capital poderia eliminá-la em seu benefício? Deve-se então não só questionar esta funcionalidade nas relações entre o capital e a agricultura como é preciso caracterizar as relações entre o capital e a agricultura familiar, no que diz respeito à renda da terra.

Este contexto, portanto, nos remete à necessidade de reflexões mais profundas no que diz respeito à gênese da relação entre acumulação capitalista agricultura familiar. Neste sentido é importante a investigação da relação entre sistemas de créditos oficiais e endividamento do agricultor familiar, pois são o crédito e as dívidas por ele contraídos que o obrigam a intensificar a jornada de trabalho. Este processo faz com que a dívida do agricultor tenda a se desenvolver com maior rapidez que o investimento agrícola, provocando uma disparidade entre o ingresso e a saída dos rendimentos obtidos na agricultura familiar. Isto inviabiliza, na prática, o acesso do proprietário agrícola à renda da terra que se capitaliza, uma vez que o

processo de endividamento impede a transformação desta última em acumulação financeira que, de fato, resulte da venda da propriedade. Costa Neto (1998), sugere que:

[...] é importante que se coloque mais atenção no fato de que o agricultor familiar, ao exercer a sua atividade de forma direta, sem promover ou se submeter a um efetivo sistema de assalariamento de mão-de-obra, não experimenta um processo de sujeição (subsunção) do trabalho ao capital, de maneira formal ou real. Tais formas de sujeição não ocorrem porque o que se encontra submetido ao capital é a renda da terra e não diretamente o trabalho assalariado (COSTA NETO, 1998, p. 132.)

Nestas condições que se encontram os agricultores familiares, ainda que não possuam a propriedade real da terra, o capital se apodera da renda fundiária. O estágio que já alcançou a relação capital/propriedade da terra criou um processo de dependência do pequeno produtor ao crédito bancário e aos intermediários, impondo-lhe normas de comercialização altamente favoráveis ao capital, desta forma, visualizando os elementos contraditórios do movimento do capital na Agricultura.

4. UMA APROXIMAÇÃO ÀS INTERPRETAÇÕES DA DINÂMICA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA

No que se refere à Amazônia brasileira, nos trabalhos acadêmicos, em termos gerais, há pelo menos três vertentes de interpretação sobre a produção camponesa na região: uma marcada pela forte associação entre a produção camponesa e precariedade técnica, a fragilidade econômica e a miséria social; outra caracterizada por sua inserção em um ciclo da fronteira agrícola e uma terceira pela existência de processo de estabilização relativa da produção camponesa em meio de sua complexificação, entendendo-se este processo na inserção do mercado capitalista.

No caso da primeira vertente e os trabalhos a ela vinculados, apresentam visões simplificadoras e homogeneizadoras identificando a produção camponesa como sendo uma agricultura migratória de corte e queima de culturas temporárias voltadas tão somente a subsistência da família camponesa. Observado em SERRÃO (1995), SERRÃO, NEPSTAD E WALKER (1998).

Outra vertente é a que associa às dinâmicas da produção camponesa na Amazônia brasileira e entre esta, e o ciclo da fronteira, o mais expressivo deles é Velho (1976); Castro (1999; 2006), nestas perspectivas, enfatiza-se os fluxos migratórios, os agentes que atuam nestes territórios, bem como, os de modos de apropriação e as tensões presentes nestes espaços, lembra que o processo histórico de ocupação humana na região foi determinado por fatores políticos e econômicos.

Este trabalho, a título analítico, trará um corte temporal a partir da década de 1960, uma vez que esta década é marcada com a efetiva intervenção estatal na lógica de ocupação da região. O projeto político aqui estabelecido é marcado pela expulsão ou expropriação dos posseiros por grupos oriundos de outros estados brasileiros. Segundo Guerra, em seu “ Posseiro da Fronteira” estabelece quatro matrizes históricas diferentes constituintes da região de Marabá,

- 1) A dos índios pelo fato de serem os habitantes primeiros da região, impondo-se pela força para manterem o seu domínio, o que era negado tanto no que se refere aos seus aspectos culturais quanto à posse da terra;
- 2) A dos exploradores de caucho e castanha, que se estabelecem pelo apoio político à atividade comercial, responsável por arrecadação

expressiva aos cofres públicos e garantia de representatividade aos governantes [...].

- 3) a dos posseiros e colonos, baseada na produção de subsistência, no desbravamento e incorporação de novas terras ao complexo produtivo e...
- 4) a das empresas capitalistas sob a égide da modernização do campo, baseada na compra ou aquisição via incentivos fiscais, sustentada pelo Estado e pelo status do capital. (GUERRA, 2001, p. 53.)

Ainda na perspectiva de Guerra (2001), a relação com a terra até aqui, se dá pelo domínio da atividade latifundiária no campo que procura evidenciar a “fragilidade” da posse da terra. Traz o argumento embutido na lei de Terras de 1850 que é retomado como afirmação da grande empresa, teoricamente eficiente, contra o camponês, representante do arcaico e pouco produtivo, e contra o arrendamento por ser uma relação primitiva.

Esta última matriz histórica dá o norte das ações estatais desde então. É nesta época que se materializa a criação da SUDAM e do Basa, estruturas estatais disponibilizadas aos latifundiários e fazendeiros, estimulando o acesso ao crédito e a favores fiscais e políticos que se configuraram como processo de modernização da Amazônia.

É nesta perspectiva que se configura a dinâmica migratória de trabalhadores, empreiteiros, gerentes, técnicos, latifundiários, fazendeiros e empresários, para ocupar o “vazio” amazônico (IANNI, 1979).

Na segunda metade da década de 1960, o processo de colonização espontânea generalizou-se na região. Neste processo, um elemento fundamental foi a abertura das “veias” rodoviárias. O estado, com o discurso de segurança interna, defesa nacional ou segurança e desenvolvimento, corta a Amazônia modificando sua dinâmica geográfica, política, econômica e demográfica.

A exemplos, têm-se a rodovia Transamazônica, tinha cerca de 2.300 quilômetros de extensão; Perimetral Norte, com aproximadamente 2.450 quilômetros; Cuiabá-Santarém, com cerca de 1.300; Manaus- Fronteira da Venezuela, com 800 quilômetros. (IANNI, 1979).

À medida que estes empreendimentos executados pelo Estado ditatorial e o capital internacional, os empresários, fazendeiros, e latifundiários, se anteciparam em atrair para a Amazônia um contingente de trabalhadores do exército de reserva constituído no Nordeste e em outras localidades do país.

Na década de 1970, o estado implementou uma política de colonização dirigida sustentada na “facilidade” trazida pela abertura das estradas e com o discurso da terra boa, farta e sem dono. Neste momento, o governo lança o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Estatuto da Terra, que definia o que constituía latifúndio, minifúndio e empresas.

Esta realidade trazia em seu cerne, a multiplicação de trabalhadores rurais atraídos pela ilusão de desenvolvimento, na Amazônia propagada, e pela miséria estrutural e explorações vivenciadas em parte do Nordeste. A situação destes posseiros revelou as complicações no uso e na posse da terra. À esta altura, já era um problema deveras acentuado, uma vez que havia o interesse irreconciliável das empresas agropecuárias pelas melhores terras.

Estas empresas, de acordo com Ianni (1979), procuravam preferencialmente as terras de boa qualidade para pastagens ou lavouras, melhor ainda quando já desmatadas pelo uso de indígenas ou posseiros, com boas aguadas e próximas de estradas, caminhos ou rios. O acesso à estas terras, sobretudo no Sul e sudeste do Pará, região de Marabá, foi dinamizado, incentivado e protegido pelo poder estatal, através de favores fiscais, isenções de impostos e empréstimos a juros baixos, canalizados pelos órgãos governamentais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Banco da Amazônia S.A (BASA).

Desenhado este contexto, portanto, o projeto de modernização da ditadura militar que vigorou no Brasil atuava no sentido da anulação do campesinato nas áreas de colonização antiga do país (estratégia de modernização do latifúndio e tecnificação concentradora e conservadora) e novas colocações do grande capital na fronteira². (COSTA, 2012).

Neste quadro, ainda segundo a ótica de Costa (2012), a modernização da agricultura assume posicionamento estratégico, quer como componente do crescimento econômico geral que se pretende imprimir, quer como negação da via de desenvolvimento reivindicada por setores populares derrotados pelo golpe de 1964. Em linhas gerais, impunha-se às forças de domínio que se afirmam no interior do Estado de exceção industrial do projeto “Brasil-Potência”, tão caro aos militares, braço armado da conjuntura, e ao capital monopolista, “revolucionário civil de

² A definição de fronteira aqui trabalhada, tem como fundamentação teórica Otávio Velho e José de Sousa Martins, que a caracterizam como um *locus* privilegiado da formação e do desenvolvimento de um campesinato significativo.

primeira hora”, e que, de outro, possibilitasse manter intocadas as relações vigentes de propriedade das terras do país.

Esta perspectiva se configura enquanto uma escolha racional do Estado no ímpeto de uma onda modernizadora, conservadora e ditatorial que apresenta como uma das principais características: a centralidade na grande empresa rural, a quem é especialmente tratada pelo Estado como garantidora de desenvolvimento regional.

Monteiro(2005) argumenta, pertinentemente, que as tentativas estratégicas de desenvolvimento na Amazônia foram, pelo menos em quase toda a segunda metade do século passado, associadas à ideia de que era necessário criar estruturas e espaços homogêneos. Tal estratégia de modernização regional reforçou a presença e a atuação de

[...] agentes sociais e econômicos que têm sua trajetória marcada pelo reforço a um projeto de desenvolvimento regional assentado na concentração da renda, na homogeneização dos processos produtivos e na desvalorização do capital natural da região e cujos *habitus* os distanciam da possibilidade de estabelecerem redes de relações sociais, econômicas, políticas e ambientais que sejam impulsionadoras do desenvolvimento regional baseado na construção de arranjos produtivos locais capazes de alimentarem localmente dinâmicas de inovação que favoreçam o estabelecimento de processos produtivos cujo diferencial de competitividade não esteja baseado, tão-somente, na utilização, a baixo custo, de recursos e serviços ambientais da região (Monteiro, 2005, p. 204).

Hébette (2004) em suas investigações sobre a formação do campesinato na fronteira paraense, aponta o campesinato como força social que resiste a este processo de homogeneização do agrário. Hébette (1989; 2004) argumenta que a mobilização para a entrada de uma grande frente de trabalho na região sudeste do Pará era uma das estratégias colocadas em curso pelos governos militares, sob a égide da segurança nacional. A acumulação de capital privado nacional e internacional possibilitou a implementação de infraestrutura, como por exemplo, abertura de rodovias federais e construção de hidrelétricas, essas atividades careceram de mão-de-obra barata em larga escala. Promessas de titulação de terras para famílias “sem terra”, foi um elemento importante nesta composição da dinâmica regional. Esta dinâmica favoreceu um fluxo migratório nunca antes visto. Esta nova realidade social, composta por agentes sociais como interesses diversos incidiu de forma intensa nos processos de produção camponesa e empresarial,

denotando assim, o surgimento de forças antagônicas que compuseram o campo no sudeste paraense.

É neste contexto de discurso de modernização orientada pela lógica externa do capital, atraído pelo estado ditatorial que se figura o processo de expansão da fronteira agrícola na região sudeste do Pará. A Fronteira Agrícola aqui será entendida a partir da reflexão de Costa (2012), Martins (1975) e Velho (1980) como um contínuo crescimento das estruturas camponesas sobre áreas não desbravadas para agricultura, pela ampliação da chamada margem extensiva desse desenvolvimento, o atendimento dos mercados urbanos em expansão, além de constituir excedentes populacionais gerados tanto pelas crises das áreas de plantation, quanto pelas dificuldades reprodutivas de camponeses em áreas marcadas pelo minifúndio.

4.1. Configurações da dinâmica da agropecuária na região de Marabá

Antes da chegada das primeiras frentes pioneiras, a região de Marabá, 40.000 km² de floresta amazônica situados à 5 graus sul do Equador (500 km ao sul de Belém, capital do Estado) era então habitada por populações indígenas, apresentando uma densidade populacional muito fraca. A ocupação da região, feita através da rede hidrográfica, se inicia no século XIX (REYNAL; MUCHAGATA; TOPALL; HÉBETTE, 1992).

A colonização da região de Marabá tem simultânea e/ou sucessivamente por objetivos, a procura de pedras preciosas, o desenvolvimento da pecuária, a exploração da borracha e depois da castanha do Pará. Segundo os pesquisadores acima citados, a Agricultura é então um subproduto” de diferentes frentes pioneiras. Durante este período a floresta se constituiu em uma barreira natural ao desenvolvimento da pecuária, para quem precisava de vegetação aberta, para a plantação do pasto.

No sudeste do Pará esta lógica concorrencial se dá concomitantemente, há disputas entre os que já estavam fixados à terra (os camponeses) e os que chegam atraídos pelos incentivos fiscais (os latifundiários, materializados pelas empresas agropecuárias).

Ao longo dos anos de 1960 e 1970, 1980, também se deu a ocupação da terra pelos camponeses. Porém foi um processo estabelecido dentro de um cenário de correlações de forças com o a empresa agropecuária emergindo.

A década de 1990 simboliza a concretização das dispostas agrárias anunciadas nas décadas anteriores. Em 1992, de acordo com os pesquisadores mencionados, estimava-se que havia aproximadamente 15.000 estabelecimentos familiares em toda a região. A Agricultura familiar, então, ocupava 25% da superfície regional, todo o restante, portanto, transformou-se em terras ocupadas por grandes empresas agropecuárias, grandes fazendas e também terras pertencentes ao Estado.

No seguinte diálogo com Marília Emmi (1988), esta tensão fica exposta,

[...] a expansão, do capital acompanha-se do aprofundamento das contradições sociais que se traduz por um vasto movimento de expulsão de trabalhadores da terra de todas as regiões do país e sua migração para o norte. Alheios à história da região e não integrados à sua estrutura oligárquica, esses trabalhadores tentam conquistar sua terra através da luta tanto com oligarcas quanto com os novos grupos econômicos e a pressão exercida pelo capital internacional. Portanto a terra tornou-se, portanto, o campo onde se concretiza e evidencia a luta pela transferência do poder (EMMI, 1988, p.6).

Do ponto de vista produtivo, verifica-se que a produção na fronteira, que poderia contribuir para o barateamento da reprodução da força de trabalho urbano, mostrava-se na verdade, integrado à acumulação de Capital. Segundo Costa (2012), passava-se a constituir um problema, porque, primeiro, os produtos oriundos das formas camponesas de produção na fronteira, por concorrerem no mercado nacional com a produção capitalista respectiva, limitavam o desenvolvimento do capital na agricultura, e derivada e adicionalmente, “roubava” o mercado da indústria de produção de insumos agrícolas modernos; segundo, porque dadas as condições de exploração sob as quais tem evoluído o campesinato na fronteira, essa estrutura de produção não se transformava, ela mesma, em mercado interessante, nem para a indústria de tratores e adubos químicos, nem para os ramos industriais produtores de bens duráveis; finalmente porque a produção agrícola oriunda da fronteira não se mostrava tão barata como desejaria os setores urbanos.

Assim, o Estado brasileiro se porta tendenciosamente diante do capital,

As políticas vigentes para o agrário na Amazônia, e começar pelo elenco da “operação Amazônia”, na segunda metade dos anos sessenta, foram uma expressão na região desse programa de modernização (

conservadora) da agricultura nacional, adotando-se, contudo, em adição aos mecanismos como: deu à grande empresa o papel dominante no processo de desenvolvimento agropecuário e não estabeleceu uma política específica para a produção camponesa na fronteira, à qual não é atribuída qualquer função de desenvolvimento. Embutida na concentração de capital, fez-se a concentração fundiária. As grandes apropriações, os latifúndios velhos e novos, constituíram, assim, um fato endógeno aos incentivos fiscais na agropecuária (COSTA, 2012.p, 186).

Ampliando as possibilidades infraestruturais para abrigar a intensificação e consolidação da formação Agropecuária pelo processo de integração nacional, materializaram a construção das rodovias Transamazônica e PA 150. Neste sentido, Almeida (2008) esclarece que,

No sudeste paraense além do aparato estatal, atraídos pelos incentivos fiscais, funcionam como força contrária a ação dos camponeses considerada espontânea, grileiros, fazendeiros e os grandes empreendimentos da pecuária, afora as adversidades naturais da floresta. Como compreender a permanência e a hipótese de territorialização do posseiro da fronteira, quando o cenário indicava um desfecho oposto? Ao contrário dos planos de colonização oficiais e provados, é o processo de luta motivado pela necessidade de sobrevivência material que cimenta a permanência do posseiro na fronteira. Assim, verifica-se o registro de “terra de trabalho” e “terra de negócio” (ALMEIDA, 2008.p,31).

A década de 1980, com a implantação dos Grandes Projetos na Amazônia no cerne do Programa Grande Carajás, exerce um papel definidor dos processos de reorganização espacial, político, social e econômico da região. Esta reorganização também atinge essencialmente dinâmica agrária da região de Marabá, tendo a formação e/ou a intensificação da grande empresa Agropecuária extensiva, subjacente ao processo de formação de estruturas como campesinato, fazendas e latifúndios empresariais.

A terra do estado do Pará é privatizada de 1970 a 1980, com predominância inicial dos grandes latifúndios e o seu crescimento acelerado, o que levou estes grandes latifundiários ao controle de mais de 40% das terras privatizadas. Tal predomínio fez-se, contudo, concomitantemente com a crescente participação dos camponeses no total de terras privatizadas (em 1970, detinham 26% cinco anos depois, 29% em, 1980, 32%). De 1980 a 1985, a participação dos latifúndios empresariais no total de terras privatizadas caiu de 42% para 33%, fortemente afetada pelas taxas negativas de crescimento que a área total de tais estabelecimentos experimenta no período. A participação dos camponeses cresceu

ligeiramente, atingindo, em 1985, 33%. Com salto de quase sete pontos percentuais, as fazendas apresentam a mais forte expansão do período (COSTA, 2012).

Hurtienne (1999; 2004; 2005) considera a grande variedade de formas de produção, os múltiplos espaços e os agentes sociais envolvidos na produção camponesa como um desafio para sua interpretação. Hurtienne afirma que a heterogeneidade da produção familiar é muito grande e pouco conhecida na Amazônia, tamanho da propriedade fundiária, forma de seu uso e a organização do trabalho familiar são elementos que, necessariamente, precisam ser considerados no tratamento do problema.

No caso específico da região de Marabá, no estado do Pará, suas pesquisas indicam que foram encontradas “frentes pioneiras diversificadas com agricultores familiares empreendedores, preocupados não somente com sua sobrevivência, mas com um itinerário de acumulação patrimonial” (HURTTIENE, 2005, p.43).

Assim, em seus estudos, Hurtienne apontou a existência de uma relativa estabilização da produção familiar no estado do Pará, como uma tendência que deve ser considerada, tendo como base seus estudos na microrregião de Bragança e do Sul e Sudeste do Pará. Lembra, também, que a falta de atenção nas leituras de documentos oficiais sobre desmatamento na Amazônia tem ajudado na construção de uma imagem errônea da agricultura familiar, apontada por vezes, como a grande vilã do desmatamento na região.

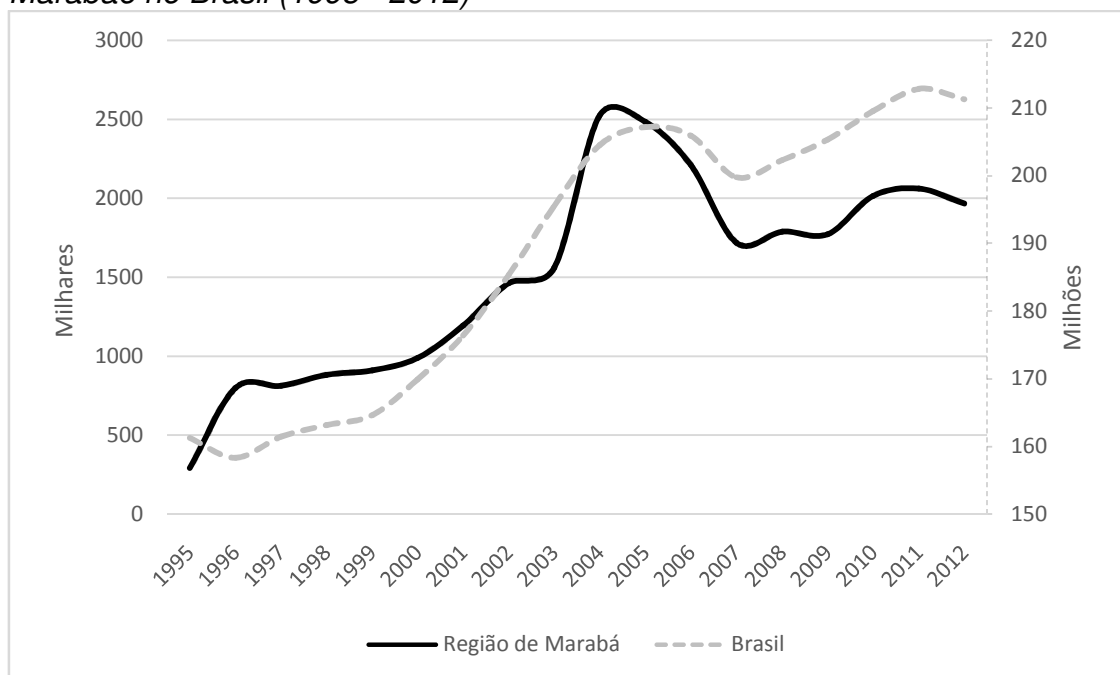
A área da pesquisa é empiricamente caracterizada pela grande presença de população e de produção camponesa acerca das quais evidências empíricas (IBGE, 1998 e IBGE, 2009) e estudos acadêmicos (CAT, 1992; REYNAL et al., 1996; MICHELOTTI, 2007; MONTEIRO, GEMAQUE, 2006) identificam a existência de dinâmicas que não seguem tendências de outras áreas marcadas pela presença de grande presença da agricultura familiar.

A região de Marabá, considerada por Hurtienne (2005, p.62) como uma “zona de colonização mais recente na Amazônia”, apresenta diferenças significativas e contraditórias no tocante à interpretação das tendências da produção camponesa na Amazônia (CAT, 1992; REYNAL et al., 1996; MICHELOTTI, 2007; MONTEIRO, GEMAQUE 2006).

Frente ao exposto, e as controvérsias que atravessam esse debate o presente estudo apresenta uma indicação das tendências presentes na produção camponesa

e patronal na região. Como fruto de uma intrincada interação de fatores, com destaque muito especial ao fator representado pelas políticas agrárias, resultou no estabelecimento de formas diferenciadas de ocupação territorial e de reprodução da produção camponesa, que implicam o fortalecimento da pecuarização, tanto no âmbito das unidades de produção camponesa quanto nas patronais (Gráfico1).

Gráfico 1: Representação da evolução do efetivo do rebanho bovino na região de Marabá no Brasil (1995 - 2012)



* Área Mínima de Comparação abrangendo os municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

Fonte: IBGE Pesquisa Pecuária Municipal, diversos anos. Elaboração da autora.

O estudo demonstra que diferentemente de outras áreas da Amazônia, especialmente àquelas de fronteiras mais antigas, a ocupação territorial e de reprodução da produção camponesa na região de Marabá no Pará tem um forte elemento de pecuarização decorrente da forma que unidades camponesas internalizaram condicionantes em diversos níveis, especialmente, a criação de assentamentos da reforma agrária como forma de acesso à terra e à política de oferta de crédito rural.

5. AS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO RURAL NA REGIÃO DE MARABÁ NO PERÍODO INTERCENSITÁRIO (1996-2006)

No Brasil, a discussão sobre agricultura familiar ganhou ênfase a partir dos anos 1990 impulsionada pelos debates sobre desenvolvimento sustentável e efervescência dos movimentos sociais no campo, que culminaram institucionalização dessa categoria no âmbito das políticas governamentais para a agricultura.

Análises comparativas entre os dois censos agropecuários revelam, em termos gerais, uma evolução da agricultura familiar no Brasil (número de estabelecimentos, área dos estabelecimentos familiares, pessoal ocupado, rentabilidade, etc.), fazendo-se mais presente nas regiões Norte e Nordeste e de forma relativamente constante nas demais regiões do país (BUAINAIN & DI SABBATO, 2012; GUANZIROLI ET ALI, 2014; KAMIMURA, ET ALI, 2010). Por outro lado, tais resultados contrastam com relativo grau de concentração fundiária presente nesse segmento, conforme aponta os dados das tabulações especiais do IBGE.

Neste contexto o estado do Pará possui um importante e representativo segmento de agricultura familiar dentro do contexto da agricultura na Amazônia Brasileira. Segundo critério da FAO/INCRA, no interim entre os dois Censos (1996-2006), foi observado um crescimento de 11% no número de estabelecimentos de agricultores familiares. A participação dessas unidades rurais em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários aumentou de 89% para 92% no período (FRANÇA, DEL GROSSI&MARQUES, 2009).

O esforço para tipificar, identificar e comparar a agricultura familiar na “região” de Marabá, no período intercensitário, tendo por base a metodologia anteriormente exposta, resultou na identificação de, aproximadamente, 22 mil pessoas na condição de responsáveis ou membros de famílias de estabelecimentos caracterizados com de agricultura familiar em 1996, número que foi elevado para, aproximadamente, 27 mil, uma variação positiva de aproximadamente 1/4. (Tabelas 2 e 4).

Tabela 2: Indicadores e classificação da produção familiar e da produção patronal para a região de Marabá em 1996

	Membros não remunerados menores de 14 anos	Responsáveis e membros da família maiores de 14 anos	Despesas com pessoal contratado (R\$ milhares)	UTF	UTC	Força de trabalho majoritária	Dimensão da propriedade	Caract.
Total	6.392	18.053	13.821	21.249	9.544			
Familiar	5.756	16.038	4.025	18.916	2.779			
Menos de 1 ha	63	302	66	334	46	Familiar	Familiar	Familiar
1 a menos de 2 ha	44	138	50	160	35	Familiar	Familiar	Familiar
2 a menos de 5 ha	266	709	107	842	74	Familiar	Familiar	Familiar
5 a menos de 10 ha	254	807	74	934	51	Familiar	Familiar	Familiar
10 a menos de 20 ha	472	1.071	110	1.307	76	Familiar	Familiar	Familiar
20 a menos de 50 há	2.561	6.698	1.112	7.979	768	Familiar	Familiar	Familiar
50 a menos de 100 ha	1.446	4.340	1.263	5.063	872	Familiar	Familiar	Familiar
100 a menos de 200 ha	650	1.973	1.243	2.298	858	Familiar	Familiar	Familiar
Patronal	636	2.015	9.796	2.333	6.764			
200 a menos de 500 ha	328	1.047	1.428	1.211	986	Familiar	Patronal	Patronal
500 a menos de 1.000 ha	160	414	1.383	494	955	Patronal	Patronal	Patronal
1.000 ha e mais	148	554	6.985	628	4.823	Patronal	Patronal	Patronal

Fonte: Monteiro, et al. (2016)

Tabela 3: Indicadores e classificação da produção familiar e da produção patronal para a região de Marabá em 2006

	Membros não remunerados menores de 14 anos	Responsáveis e membros da família maiores de 14 anos	Despesas com pessoal contratado (R\$ milhares)	UTF	UTC	Força de trabalho majoritária	Dimensão da propriedade	Caract.
Total	4.486	22.527	242.179	24.770	63.755			
Familiar	4.228	19.901	7.201	22.015	1.896			
Menos de 1 ha	44	352	90	374	24	familiar	familiar	familiar
1 a menos de 2 ha	18	135	44	144	12	familiar	familiar	familiar
2 a menos de 5 ha	77	502	118	541	31	familiar	familiar	familiar
5 a menos de 10 ha	287	1.531	210	1.675	55	familiar	familiar	familiar
10 a menos de 20 ha	500	2.775	553	3.025	146	familiar	familiar	familiar
20 a menos de 50 ha	2.206	9.410	2.058	10.513	542	familiar	familiar	familiar
50 a menos de 100 ha	738	3.538	2.072	3.907	545	familiar	familiar	familiar
100 a menos de 200 ha	354	1.625	2.056	1.802	541	familiar	familiar	familiar
Produtor sem área	4	33	0	35	0	familiar	familiar	familiar
Patronal	258	2.626	234.978	2.755	61.859			
200 a menos de 500 ha	208	1.104	3.172	1.208	835	familiar	patronal	patronal
500 a menos de 1.000 ha	50	737	4.559	762	1.200	patronal	patronal	patronal
1.000 ha e mais	0	785	227.247	785	59.824	patronal	patronal	patronal

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Os responsáveis e demais membros das famílias envolvidas com a produção familiar estão majoritariamente concentradas em estabelecimentos cuja área tem de 20 a menos de 50 hectares, neste grupo de área concentrou, em 1996, 42,5% dos membros das famílias e, em 2006, manteve-se, praticamente o mesmo nível de concentração de pessoas, 43% (Tabelas 2 e 3).

No período analisado houve, dentre os estabelecimentos camponeses, a redução proporcional da Unidade de Trabalho Contratado (UTC) frente à Unidade de Trabalho Familiar (UTF), uma vez que em 1996, a UTC representava aproximadamente 15% da UTF, em 2006, este percentual recuou para 8,6% (Tabelas 2 e 3).

As tabulações especiais desenvolvidas, nos termos apresentados no capítulo metodológico, permitiram estimar que, em 1996, na região de Marabá (Mapa 1) tinham sido incorporados 1,4 milhão de hectares pelos dois segmentos (familiar e patronal) do agrário delimitados no presente estudo. Nestes termos, da área da qual inicialmente se pretendia obter detalhes das formas de apropriação e que equivale a 2,5 milhões de hectares (Tabela 1) alcançou, aproximadamente, os citados 1,4 milhão de hectares. Dos 791 mil hectares de áreas formalmente destinados à reforma agrária e a agricultura familiar, identificou-se somatório de área de 328 mil hectares, já em relação aos 1,7 milhões de hectares sobre o qual não havia indicação previa da forma de uso e apropriação, os dados do censo permitiram tratar informações de estabelecimentos que abarcam aproximadamente, 1,1 milhão de hectares vinculados a produção patronal (Tabela 4).

Entre 1996 e 2006, a abrangência das áreas abarcadas pelos dados censitários relativamente pouca alteração, uma vez que, em 2006, estima-se que a área total apropriada pela produção familiar equivaleu, aproximadamente, a 334 mil hectares e a patronal 1 milhão de hectares, uma variação, respectivamente de 4,64% e de -5,45% (Tabela 4).

Identificou-se que estes 1,4 milhão de hectares eram ocupados, em 1996, por 6.162 estabelecimentos familiares e por 796 estabelecimentos patronais; em 2000, estima-se que estabelecimentos familiares eram 7.971 e os patronais eram 837. (Tabela 4).

Eram 57,6 mil as pessoas ocupadas na agropecuária na região de Marabá, em 1996. Este número de pessoas sofre redução de 3%, em 2006, uma vez que o número de pessoas ocupadas caiu para aproximadamente 56 mil. Retração derivada, exclusivamente, do comportamento da ocupação de pessoas nos estabelecimentos patronais que de, aproximadamente, 11 mil reduziu para oito mil, já que o pessoal ocupado na agricultura familiar cresceu de 46 mil para 48 mil (Tabela 4).

Tabela 4: Área, número de estabelecimentos e de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006)

Grupos de área total	Área dos estabelecimentos (Hectares)			Número de estabelecimentos (Unidades)			Pessoal ocupado (Pessoas)		
	1996	2006	Δ%	1996	2006	Δ%	1996	2006	Δ%
Total	1.445.977	1.404.177	-2,98	6.958	8.808	21,00	57.621	55.920	-3,04
Familiar	328.250	344.212	4,64	6.162	7.971	22,69	46.276	48.011	3,61
Menos de 1 ha	48	45	-7,61	161	164	1,83	692	740	6,49
1 a menos de 2 ha	92	82	-12,40	65	66	1,52	319	299	-6,69
2 a menos de 5 ha	1.221	939	-30,07	308	232	-32,76	1.479	1.164	-27,06
5 a menos de 10 ha	3.060	5.082	39,79	339	687	50,66	1.572	3.643	56,85
10 a menos de 20 ha	6.792	16.956	59,94	445	1.128	60,55	2.684	6.404	58,09
20 a menos de 50 ha	106.695	136.275	21,71	2.566	3.731	31,22	19.757	22.805	13,37
50 a menos de 100 ha	112.775	96.359	-17,04	1.595	1.316	-21,20	13.394	8.650	-54,84
100 a menos de 200 ha	97.566	88.474	-10,28	683	630	-8,41	6.379	4.233	-50,70
Produtor sem área	0	0	0,00	9	17	47,06	0	73	100,00
Patronal	1.117.727	1.059.965	-5,45	796	837	4,90	11.345	7.909	-43,44
200 a menos de 500 ha	126.389	148.111	14,67	398	458	13,10	4.087	3.076	-32,87
500 a menos de 1.000 ha	124.783	117.884	-5,85	167	168	0,60	2.157	1.601	-34,73
1.000 ha e mais	866.554	793.970	-9,14	231	211	-9,48	5.101	3.232	-57,83

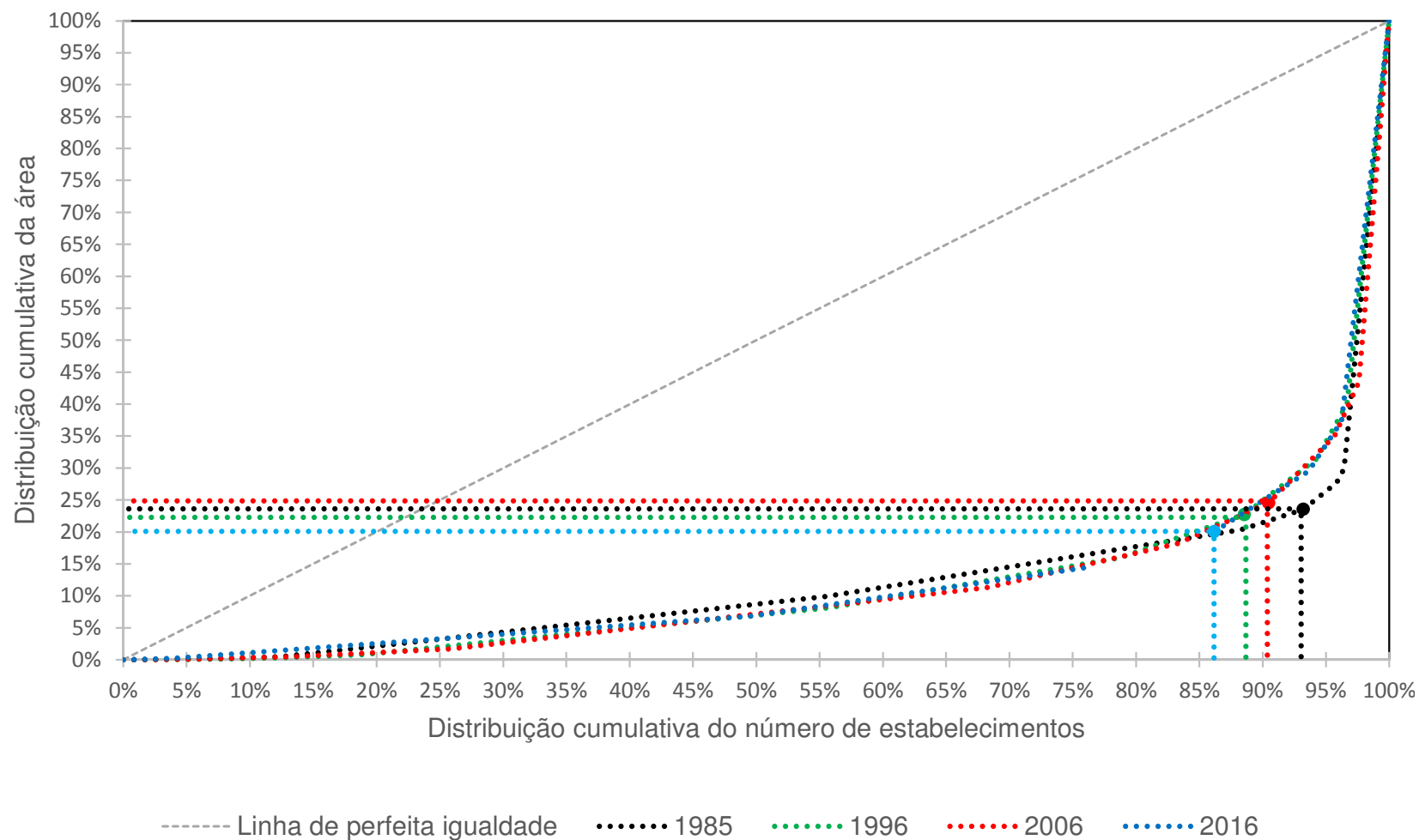
Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Evidencia-se, portanto, a existência de estrutura fundiária altamente concentrada da região de Marabá, neste aspecto em especial, sofreu poucas alterações tanto no período analisado e mesmo quando se leva em conta a década anterior e a posterior ao período intercensitário em análise.

Monteiro *et al.* (2016) estimam, tendo por base os dados dos Censos Agropecuários de 1985, 1996 e de 2006; e os do Cadastro Ambiental Rural de 2016, a existência de relativa rigidez na estrutura fundiária da “região” de Marabá, apontam que, em 1985, soma das áreas dos estabelecimentos com menos de 200 ha (nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção familiar) representavam 23,6% das terras apropriadas e que foram objeto do Censo Agropecuário; em 1996, este valor oscilou para 22,7%; em 2006, foi alterado para 24,5%; e, em 2016, totalizou 20,04%. No caso desta última estimativa, ela teve como base os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) no qual há casos de sobreposição das áreas de estabelecimentos o que, entretanto, não impossibilita a comparação (Gráfico 2).

A somatória das áreas dos estabelecimentos com menos de 200 ha, permaneceu sem grandes alterações como também a somatória dos números destes estabelecimentos que, em 1985, eram 93,2%; em 1996, equivaliam a 88,6% dos estabelecimentos da região; em 2006, 90,5%; e, em 2016, 86,2%. Caracterizando uma estrutura agrária altamente concentrada e relativamente rígida no que se refere à distribuição das terras (Gráfico 2).

Gráfico 2: Curvas de Lorenz da estrutura fundiária de Marabá relativas aos anos de 1985, 1996, 2006 e 2016.



Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Como indicado, no item no qual se abordou estratégias metodológicas, uma dada Curva de Lorenz pode ser, sinteticamente, expressa pelo Coeficiente de Gini, permitindo a comparação numérica entre os níveis de concentração do fenômeno estudado. Viu-se também que o Coeficiente de Variação seria usado para medir o grau de concentração em torno da média de séries. De forma que, as Curvas de Lorenz apresentadas no Gráfico 2 e as séries numéricas que lhes originaram foram convertidas em coeficientes que permitem realizar comparação entre as curvas e as séries (Tabela 6).

Tabela 5: Coeficientes de Gini e de Variação referentes à estrutura fundiária de Marabá entre 1985 e 2016.

	1985	1996	2006	2016
Coeficiente de Gini	0,75	0,78	0,79	0,77
Coeficiente de Variação	3,43	3,22	3,61	3,14

Fonte: Monteiro *et al.* (2016).

O elevado nível de concentração da estrutura fundiária de Marabá entre 1985 e 2016 são evidenciados pelos coeficientes de Gini e de Variação, expressando muito claramente a rigidez da estrutura fundiária da região, uma vez que ela permaneceu praticamente inalterada nos últimos trinta anos (Tabela 6).

Quando se considera o período intercensitário de 1996 e 2006, no qual foi possível segmentar com maior evidência a agricultura familiar da patronal, é possível se verificar que o segmento social vinculado à agricultura familiar era responsável pela apropriação de 22,70% e 24,21%, respectivamente, em 1996 e em 2006, dos 1,4 milhão de hectares contabilizados neste estudo; enquanto que era respondia, respectivamente, por 88,56% e 90,5% do número de estabelecimentos e, respectivamente, por 80,31% e 85,56 do número de pessoas ocupadas (Tabela 07).

Tabela 6: Percentuais de área, de número de estabelecimentos e de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 – 2006)

Grupos de área total	Áreas dos estabelecimentos %		Número de estabelecimentos %		Pessoal ocupado %	
	(Hectares)		(Unidades)		(Pessoas)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Total	100	100	100	100	100	100
Familiar	22,70	24,51	88,56	90,50	80,31	85,86
Menos de 1 ha	0,00	0,00	2,31	1,86	1,20	1,32
1 a menos de 2 ha	0,01	0,01	0,93	0,75	0,55	0,53
2 a menos de 5 ha	0,08	0,07	4,43	2,63	2,57	2,08
5 a menos de 10 ha	0,21	0,36	4,87	7,80	2,73	6,51
10 a menos de 20 ha	0,47	1,21	6,40	12,81	4,66	11,45
20 a menos de 50 ha	7,38	9,70	36,88	42,36	34,29	40,78
50 a menos de 100 ha	7,80	6,86	22,92	14,94	23,24	15,47
100 a menos de 200 ha	6,75	6,30	9,82	7,15	11,07	7,57
Produtor sem área	0,00	0,00	0,13	0,19	0,00	0,13
Patronal	77,30	75,49	11,44	9,50	19,69	14,14
200 a menos de 500 ha	8,74	10,55	5,72	5,20	7,09	5,50
500 a menos de 1.000 ha	8,63	8,40	2,40	1,91	3,74	2,86
1.000 ha e mais	59,93	56,54	3,32	2,40	8,85	5,78

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

No que tange ao valor bruto da produção (VBP), em 1996, na região de Marabá, era repartido, basicamente, em partes iguais entre o segmento da agricultura familiar e da produção patronal, entretanto, em 2006, registrou-se retração relativa no valor bruto da produção dos estabelecimentos familiares de aproximadamente 1/5 destes e acréscimo de 1/2 naqueles. A redução do VBP mais acentuada foi registrada no grupo de área de estabelecimento com 50 a menos de 100 hectares (Tabela 07), o mesmo que também registrou a maior redução no número de pessoas ocupadas e que também foi marcado pela retração de 16 mil hectares no grupo total de área e de, aproximadamente 1/5 no número de estabelecimentos neste grupo de área (Tabela 08).

Tabela 7: Valor bruto da produção por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006)

10³ R\$

Grupos de área total	Valor bruto da produção				
	R\$ (milhares)				
	1996 (1)	%	2006	%	Δ%
Total	152.505	100	263.426	100	42,11
Familiar	76.570	50,21	95.503	36,25	19,82
Menos de 1 ha	1.744	1,14	2.070	0,79	15,77
1 a menos de 2 ha	347	0,23	702	0,27	50,55
2 a menos de 5 ha	2.754	1,81	2.449	0,93	-12,45
5 a menos de 10 ha	1.808	1,19	3.394	1,29	46,72
10 a menos de 20 ha	2.350	1,54	10.790	4,10	78,22
20 a menos de 50 ha	24.698	16,19	30.802	11,69	19,82
50 a menos de 100 ha	27.066	17,75	21.608	8,20	-25,26
100 a menos de 200 ha	15.804	10,36	23.232	8,82	31,97
Produtor sem área	-	0,00	456	0,17	100,00
Patronal	75.935	49,79	167.923	63,75	54,78
200 a menos de 500 ha	11.713	7,68	22.223	8,44	47,29
500 a menos de 1.000 ha	11.386	7,47	16.027	6,08	28,96
1.000 ha e mais	52.836	34,65	129.673	49,23	59,25

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Além da redução relativa do VBP da agricultura familiar em relação à patronal na região de Marabá ocorreu, no período em análise, ampliação na área dos estabelecimentos familiares destinados à criação de gado bovino. Em 1996, nestes estabelecimentos a área destinada pecuária bovina era de 135 mil hectares, o que representava 41% das áreas apropriadas pela agricultura familiar, já em 2006 este valor passou para 300 mil hectares e atingiu 87% das áreas apropriadas pela produção familiar. A ampliação da participação em termos de áreas ocupadas com a pecuária também foi registrada nos estabelecimentos patronais. Neles a área destinada pecuária bovina era de 942 mil hectares, o que representava 77,3% das áreas apropriadas produção patronal, já em 2006 este valor passou para 1 milhão de hectares e atingiu 98% das áreas apropriadas pelos estabelecimentos patronais (Tabela 08).

Tabela 8: Área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas, por áreas ocupadas com a pecuária e por agricultura familiar e patronal(1996 -2006)

Grupos de área total	1996				2006			
	Total (hectares)		Com atividade pecuária (hectares)		Total (hectares)		Com atividade pecuária (hectares)	
	Absoluto (a)	%	Absoluto (b)	b/a	Absoluto (c)	%	Absoluto (d)	d/c
Total	1.445.977	100,00	1.077.793	0,75	1.404.177	100,00	1.334.462	0,95
Familiar	328.250	22,70	135.353	0,41	344.212	24,51	300.803	0,87
Menos de 1 ha	48	0,00	10	0,21	45	0,00	1	0,02
1 a menos de 2 ha	92	0,01	11	0,12	82	0,01	41	0,50
2 a menos de 5 ha	1.221	0,08	126	0,10	939	0,07	782	0,83
5 a menos de 10 ha	3.060	0,21	228	0,07	5.082	0,36	4.521	0,89
10 a menos de 20 ha	6.792	0,47	1.148	0,17	16.956	1,21	14.634	0,86
20 a menos de 50 ha	106.695	7,38	27.381	0,26	136.275	9,70	109.155	0,80
50 a menos de 100 ha	112.775	7,80	47.939	0,43	96.359	6,86	87.960	0,91
100 a menos de 200 ha	97.566	6,75	58.509	0,60	88.474	6,30	83.709	0,95
Patronal	1.117.727	77,30	942.440	0,84	1.059.965	75,49	1.033.659	0,98
200 a menos de 500 ha	126.389	8,74	88.142	0,70	148.111	10,55	141.004	0,95
500 a menos de 1.000 ha	124.783	8,63	101.885	0,82	117.884	8,40	111.838	0,95
1.000 ha e mais	866.554	59,93	752.412	0,87	793.970	56,54	780.817	0,98

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

O aumento, no período intercensitário, de 1 milhão de hectares para 1,33 milhão de hectares de áreas destinadas à atividade de pecuária na região em estudo representou ampliação de 75% para 95% de utilização das áreas recenseadas para a pecuária (Tabela 10). A rigor, trata-se quase de uma atividade que assumiu contornos monopolísticos, que, em 1996, estava presente em 31% dos estabelecimentos de agricultura familiar e que saltou em 2006, para ter sua presença registrada em 83% dos 7.396 estabelecimentos familiares. Nestes estabelecimentos a atividade pecuária permanece mais marcante no grupo de área de 100 a menos de 200 hectares, saltando de 59% dos estabelecimentos destes grupos, em 1996, para 95%, em 2006. O mesmo patamar dos estabelecimentos patronais (Tabela 10).

A ampliação do número de estabelecimentos com atividade pecuária também foi registrada entre os estabelecimentos patronais. Em 1996, 76% desenvolviam esta atividade, em 2006, este percentual alcançou 97% (Tabela 8).

A ampliação, no período estudado, do número de estabelecimentos, tanto patronais quanto familiares, com áreas mais extensas destinadas à atividade pecuária teve repercussões diretas na composição do valor bruto da produção agropecuária na região de Marabá. Em 1996, tal valor, deflacionado para 2006 pelo IGP-M (FGV), foi de R\$ 152,5 milhões, dos quais 61% foram provenientes da pecuária (Tabela 9). Em 2006, o valor bruto da produção alcançou R\$ 263,4 milhões, dos quais 86% eram vinculados à atividade pecuária (Tabela 10).

Ampliações das áreas destinadas à pecuária conjugaram-se, assim, com a redução do valor de produção dos demais grupos de atividades econômicas, tanto na agricultura familiar quanto da patronal. Por exemplo, o valor da produção, do segmento agricultura familiar, para o grupo de atividades “animais de médio porte” que, em 1996, representava 1 % do VBP da região caiu, em 2006, para 0,4; o valor da produção do grupo de atividades aves, deste mesmo segmento, que em 1996, representava 2,6 % do VBP da região caiu, em 2006, para 1,2%. Retração que ocorreu em quase todos os grupos de atividades (tabelas 10 e 11).

Tabela 9: Número de estabelecimentos agropecuários, por grupos de áreas, por áreas ocupadas com a pecuária e por agricultura familiar e não familiar (1996 -2006)

Grupos de área total	1996				2006			
	Total		Com atividade pecuária		Total		Com atividade pecuária	
	Absoluto (a)	%	Absoluto (b)	b/a	Absoluto (c)	%	Absoluto (d)	d/c
Total	6.958	100,00	2.544	0,37	8.791	100,00	7.396	0,84
Familiar	6.162	88,56	1.938	0,31	7.954	90,48	6.599	0,83
Menos de 1 ha	161	2,31	47	0,29	164	1,87	21	0,13
1 a menos de 2 ha	65	0,93	9	0,14	66	0,75	32	0,48
2 a menos de 5 ha	308	4,43	33	0,11	232	2,64	185	0,80
5 a menos de 10 ha	339	4,87	25	0,07	687	7,81	616	0,90
10 a menos de 20 ha	445	6,40	76	0,17	1.128	12,83	981	0,87
20 a menos de 50 ha	2.566	36,88	678	0,26	3.731	42,44	2968	0,80
50 a menos de 100 ha	1.595	22,92	664	0,42	1.316	14,97	1200	0,91
100 a menos de 200 ha	683	9,82	406	0,59	630	7,17	596	0,95
Produtor sem área	9	0,13	0	0,00	17	0,19	4	0,24
Patronal	796	11,44	606	0,76	837	9,52	797	0,95
200 a menos de 500 ha	398	5,72	273	0,69	458	5,21	433	0,95
500 a menos de 1.000 ha	167	2,40	136	0,81	168	1,91	159	0,95
1.000 ha e mais	231	3,32	197	0,85	211	2,40	205	0,97

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Tabela 10: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (1996)

10³ R\$

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Total	93.005	2.161	4.671	5.137	20.498	4.031	197	6.368	16.436
Familiar	28.405	1.635	4.036	4.337	16.946	3.814	187	5.277	11.933
Menos de 1 ha	0	28	114	26	176	1.282	0	23	93
1 a menos de 2 ha	0	3	34	26	119	98	0	21	47
2 a menos de 5 ha	150	26	119	83	630	1.166	0	153	427
5 a menos de 10 ha	96	34	96	145	598	482	0	161	197
10 a menos de 20 ha	308	62	192	98	933	31	0	290	435
20 a menos de 50 ha	6.441	632	1.775	1.992	7.254	578	13	2.433	3.580
50 a menos de 100 ha	11.985	513	1.205	1.518	4.775	145	80	1.547	5.298
100 a menos de 200 ha	9.425	337	503	448	2.461	31	93	650	1.855
Patronal	64.600	526	635	801	3.552	218	10	1.091	4.503
200 a menos de 500 ha	7.943	205	277	394	1.122	163	8	687	915
500 a menos de 1.000 ha	9.448	70	158	65	1.031	5	3	176	430
1.000 ha e mais	47.209	251	199	342	1.399	49	0	228	3.158

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Tabela 11: Valor da produção por grupos de atividade econômica, de área total e por agricultura familiar e patronal (2006)

10³ R\$

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Total	227.532	1.591	5.619	8.285	13.925	2.981	1.226	1.138	1.129
Familiar	64.260	1.111	3.213	7.985	12.886	2.879	1.226	962	981
Menos de 1 ha	0	0	39	10	618	1.238	0	165	0
1 a menos de 2 ha	3	5	11	31	167	408	0	77	0
2 a menos de 5 ha	421	30	54	14	1.472	248	0	209	1
5 a menos de 10 ha	2.608	36	179	158	253	67	30	26	37
10 a menos de 20 ha	8.516	162	343	257	808	198	369	7	130
20 a menos de 50 ha	19.162	457	1.570	1.948	6.098	244	593	242	488
50 a menos de 100 ha	17.214	256	739	240	2.441	217	209	56	236
100 a menos de 200 ha	16.336	165	278	5.327	979	44	25	27	51
Produtor sem área	0	0	0	0	50	215	0	153	38
Patronal	163.272	480	2.406	300	1.039	102	0	176	148
200 a menos de 500 ha	20.448	268	420	253	629	81	0	14	110
500 a menos de 1.000 ha	15.549	57	65	47	132	12	0	162	3
1.000 ha e mais	127.275	155	1.921	0	278	9	0	0	35

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Tabela 12: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006)

Grupos de área total	1996 (1)			2006		
	Valor bruto da produção (a)	Animais de grande porte (b)	b/a	Valor bruto da produção (d)	Animais de grande porte (e)	e/d
Total	152.505	93.005	0,61	263.426	227.532	0,86
Familiar	76.570	28.405	0,37	95.503	64.260	0,67
Menos de 1 ha	1.744	0	0,00	2.070	0	0,00
1 a menos de 2 ha	347	0	0,00	702	3	0,00
2 a menos de 5 ha	2.754	150	0,05	2.449	421	0,17
5 a menos de 10 ha	1.808	96	0,05	3.394	2.608	0,77
10 a menos de 20 ha	2.350	308	0,13	10.790	8.516	0,79
20 a menos de 50 ha	24.698	6.441	0,26	30.802	19.162	0,62
50 a menos de 100 ha	27.066	11.985	0,44	21.608	17.214	0,80
100 a menos de 200 ha	15.804	9.425	0,60	23.232	16.336	0,70
Patronal	75.935	64.600	0,85	167.923	163.272	0,97
200 a menos de 500 ha	11.713	7.943	0,68	22.223	20.448	0,92
500 a menos de 1.000 ha	11.386	9.448	0,83	16.027	15.549	0,97
1.000 ha e mais	52.836	47.209	0,89	129.673	127.275	0,98

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

A ampliação, no período intercensitário, do valor bruto da produção vinculada ao grupo de atividade “animais de grande porte”, não significou a sua desconcentração entre um número maior de atores, pelo contrário. Em 1996, 197 estabelecimentos patronais (Tabela 8), que ocupavam área total de 866 mil hectares (Tabela 7), foram responsáveis por valor de produção de R\$ 47 milhões (Tabela 11) o que equivaleu a pouco mais da metade do valor bruto da produção desta atividade na região; em 2006, 205 estabelecimentos patronais, que ocupavam área total de 793 mil hectares, foram responsáveis por valor de produção de R\$ 127 milhões o que equivaleu a 56% do valor bruto da produção desta atividade na região em 2006 (Tabela 11).

Tabela 13: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006)

Grupos de área total	10 ³ R\$					
	1996			2006		
	Valor bruto da produção (a)	Animais de grande porte (b)	b/a	Valor bruto da produção (d)	Animais de grande porte (e)	e/d
Total	152.505	93.005	0,61	263.426	227.532	0,86
Familiar	76.570	28.405	0,37	95.503	64.260	0,67
Menos de 1 ha	1.744	0	0,00	2.070	0	0,00
1 a menos de 2 ha	347	0	0,00	702	3	0,00
2 a menos de 5 ha	2.754	150	0,05	2.449	421	0,17
5 a menos de 10 ha	1.808	96	0,05	3.394	2.608	0,77
10 a menos de 20 ha	2.350	308	0,13	10.790	8.516	0,79
20 a menos de 50 ha	24.698	6.441	0,26	30.802	19.162	0,62
50 a menos de 100 ha	27.066	11.985	0,44	21.608	17.214	0,80
100 a menos de 200 ha	15.804	9.425	0,60	23.232	16.336	0,70
Patronal	75.935	64.600	0,85	167.923	163.272	0,97
200 a menos de 500 ha	11.713	7.943	0,68	22.223	20.448	0,92
500 a menos de 1.000 ha	11.386	9.448	0,83	16.027	15.549	0,97
1.000 ha e mais	52.836	47.209	0,89	129.673	127.275	0,98

Nota 1: Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

Tais mudanças manifestam-se na alteração da composição do VBP regional que, em 1996, tinha tal grupo de atividade responsável por 61% de sua composição e que saltou para 86% em 2006. Crescimento para o contribuiu sobremaneira os estabelecimentos da agricultura familiar, que, em 1996, na

composição do valor bruto da produção deles estabelecimentos 37% eram derivados da pecuária, percentual que saltou para 67%, e que, em alguns grupos de área, alcançou 80% (Tabela 12).

Tabela 14: Valor bruto da produção e de animais de grande porte por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996-2006)

Grupos de área total	10 ³ R\$					
	1996			2006		
	Valor bruto da produção (a)	Animais de grande porte (b)	b/a	Valor bruto da produção (d)	Animais de grande porte (e)	e/d
Total	152.505	93.005	0,61	263.426	227.532	0,86
Familiar	76.570	28.405	0,37	95.503	64.260	0,67
Menos de 1 ha	1.744	0	0,00	2.070	0	0,00
1 a menos de 2 ha	347	0	0,00	702	3	0,00
2 a menos de 5 ha	2.754	150	0,05	2.449	421	0,17
5 a menos de 10 ha	1.808	96	0,05	3.394	2.608	0,77
10 a menos de 20 ha	2.350	308	0,13	10.790	8.516	0,79
20 a menos de 50 ha	24.698	6.441	0,26	30.802	19.162	0,62
50 a menos de 100 ha	27.066	11.985	0,44	21.608	17.214	0,80
100 a menos de 200 ha	15.804	9.425	0,60	23.232	16.336	0,70
Patronal	75.935	64.600	0,85	167.923	163.272	0,97
200 a menos de 500 ha	11.713	7.943	0,68	22.223	20.448	0,92
500 a menos de 1.000 ha	11.386	9.448	0,83	16.027	15.549	0,97
1.000 ha e mais	52.836	47.209	0,89	129.673	127.275	0,98

Nota 1: Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016)

A existência de um segmento da agricultura familiar cuja dinâmica reprodutiva tenha poucos vínculos com o mercado, ensejaria grande diferença entre o valor bruto de produção e o valor das receitas o que poderia tornar distorcidas conclusões acerca de tendências baseadas na análise tão somente no valor da produção. Todavia esta não é a dinâmica observada na região de Marabá. Ao se comparar o comportamento do valor de produção por grupos de atividade econômica e o valor das receitas por tipo de receita.

As receitas obtidas pelos estabelecimentos da agricultura familiar e originária da comercialização de produtos de origem animal representavam em 1996, 51% das receitas desses empreendimentos em Marabá; em 2006, este

tipo de receita saltou para 75% em relação ao total de receitas dos empreendimentos familiares. Enquanto que o percentual das receitas com produtos vegetais foi reduzido de 29,4%, em 1996, para 20%, em 2006 (Tabelas 13 e 14).

.

Tabela 15: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996)

10³ R\$

Grupos de área total	Flores e Produtos vegetais	Rãs,peixes,coelhos e Produtos de origem animal	Esterco	Produtos na indústria	Exploração mineral	Serviços prestados à terceiros	Máquinas e outras receitas	Total
Total	20.591	85.570	26	9.632	407	2.847	2.632	121.706
Familiar	14.213	24.695	3	6.451	36	1.477	1.321	48.196
Menos de 1 ha	1.373	96	0	83	0	49	8	1.609
1 a menos de 2 ha	181	21	0	8	0	5	0	215
2 a menos de 5 ha	1.567	228	0	47	0	52	8	1.902
5 a menos de 10 ha	878	145	0	52	0	60	3	1.137
10 a menos de 20 ha	461	360	0	117	5	101	47	1.091
20 a menos de 50 ha	4.886	5.676	3	1.347	28	591	329	12.860
50 a menos de 100 ha	3.254	10.347	0	3.658	3	409	422	18.094
100 a menos de 200 ha	1.611	7.821	0	1.140	0	210	505	11.288
Patronal	6.378	60.875	23	3.181	370	1.371	1.311	73.510
200 a menos de 500 ha	1.041	6.878	16	412	0	707	140	9.195
500 a menos de 1.000 ha	565	9.119	8	350	0	140	311	10.493
1.000 ha e mais	4.772	44.877	0	2.420	370	523	860	53.823

Nota 1: Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016).

Tabela 16: Valor das receitas obtidas no ano por tipo de receita, de grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (2006)

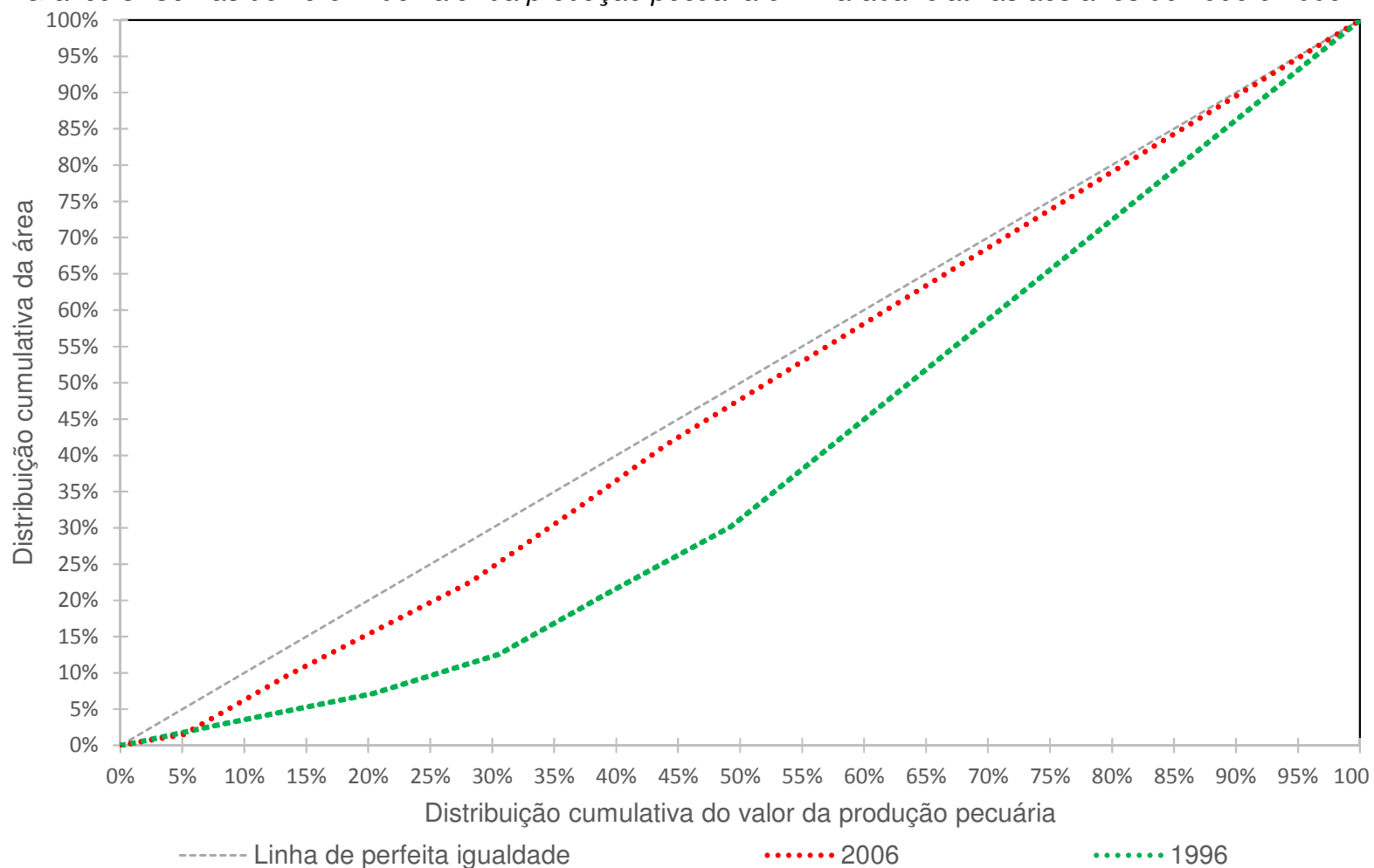
10³ R\$

Grupos de área total	Flores e Produtos vegetais	Rãs,peixes,coelhos e Produtos de origem animal	Esterco	Produtos na indústria	Exploração mineral	Serviços prestados à terceiros	Máquinas e outras receitas	Total
Total	17.068	211.574	0	0	268	4.524	939	234.373
Familiar	16.286	59.255	0	0	268	2.391	907	79.107
Menos de 1 ha	1.622	36	0		0	0	0	1.658
1 a menos de 2 ha	598	10	0		0	0	0	608
2 a menos de 5 ha	1.576	446	0		0	0	0	2.022
5 a menos de 10 ha	403	2.491	0		0	0	0	2.894
10 a menos de 20 ha	680	8.178	0		0	21	51	8.930
20 a menos de 50 ha	4.472	18.081	0		268	180	606	23.607
50 a menos de 100 ha	1.140	16.195	0		0	239	213	17.787
100 a menos de 200 ha	5.529	13.818	0		0	1.951	0	21.298
Produtor sem área	266	0	0		0	0	37	303
Patronal	782	152.319	0	0	0	2.133	32	155.266
200 a menos de 500 ha	478	18.683	0		0	1.081	5	20.247
500 a menos de 1.000 ha	202	13.432	0		0	159	0	13.793
1.000 ha e mais	102	120.204	0	0	0	893	27	121.226

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016).

As Curvas de Lorenz, apresentadas no Gráfico 2, e as séries numéricas que lhes originaram quando expressas em coeficientes resultam numa representação sintética de alterações presentes na estrutura fundiária (Tabela 6) e permite indicar e mensurar a manutenção do elevado nível de concentração da estrutura fundiária de Marabá. As tabelas de 9 a 17 demonstram as diversas repercussões da pecuarização na produção do agrário da região que combinadas com a manutenção da concentração fundiária resultam em mudanças no agrário que, podem, em certa medida, ser inferida, em termos sintéticos, pelas Curvas de Lorenz, mas neste caso, como se indicou no item metodológico, no eixo das abscissas está disposta a distribuição cumulativa do valor da produção pecuária e no eixo das ordenadas os percentuais acumulados da área ocupada pelos estabelecimentos (Gráfico 3).

Gráfico 3: Curvas de Lorenz do valor da produção pecuária em Marabá relativas aos anos de 1996 e 2006.

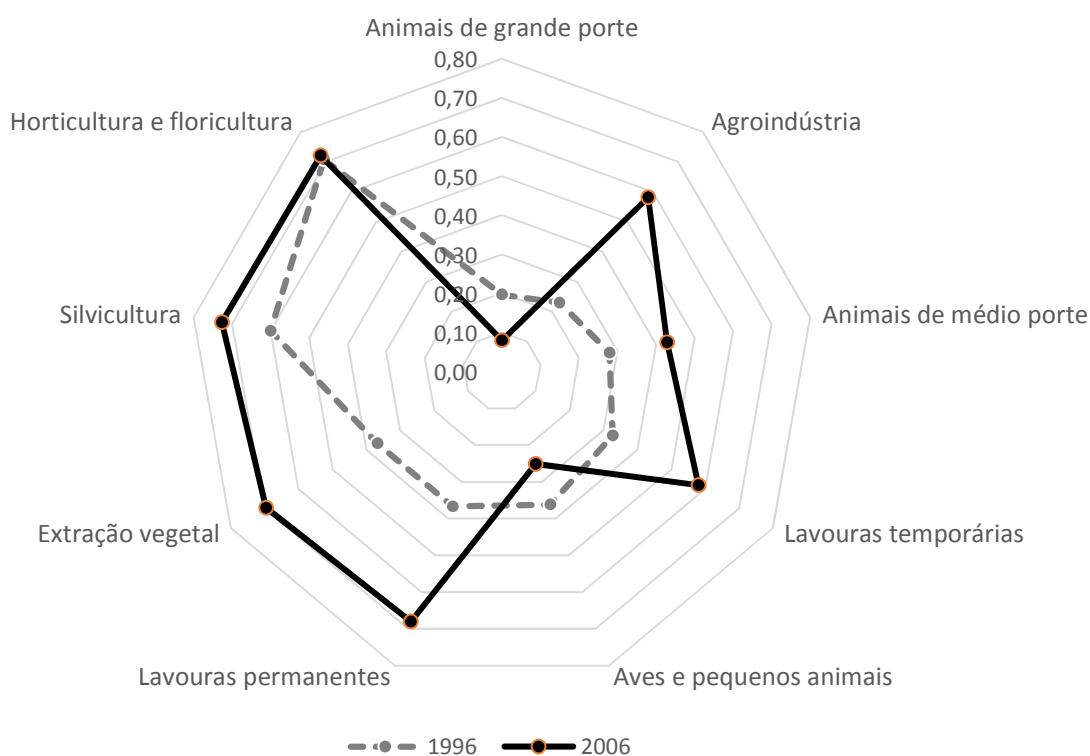


Fonte: Monteiro, *et al.* (2016).

O cotejamento entre as Curvas de Lorenz referentes ao valor da produção pecuária em Marabá permite inferir a existência da ampliação da produção pecuária em 2006 em relação a 1996, tornando-se, sua presença muito similar em todos os grupos de área (Gráfico 3).

Tal generalização impactou o nível de diversificação de outras atividades econômicas do agrário regional. Que é o que se constata ao se inferir o nível de dispersão dos grupos de atividade econômica dentre os 12 grupos de área total, por meio do Coeficiente de Localização (CL), (cujo limite é entre 0 e 1) fica mais evidente que a pecuária é o grupo de atividade econômica com maior grau de dispersão dentre os doze grupos de área na região de Marabá. Nível de dispersão relativa que foi inclusive ampliada de 1996 para 2006 aproximando-se ainda mais do limite inferior, que equivale à máxima dispersão do grupo de atividade (Gráfico 4).

Gráfico4: Dispersão dos grupos de atividade econômica dentre os grupos de área total na região de Marabá (CL) (1996 – 2006).



Fonte: Monteiro, *et al.* (2016).

Como se anunciou no capítulo metodológico, para se inferir o quão a produção patronal e a agricultura familiar em cada um dos grupos de área que foram segmentadas, é mais ou menos especializado em cada um dos nove

grupos de atividades econômicas recorreu-se a uma medida de especialização, o índice de Krugman (IK) cujo resultado se observa na Tabela 15.

O os grupos de área com maior padrão de especialização, ou seja, aqueles que tendem a concentrar em uma atividade agropecuária, são os de o IK mais se aproxima de zero. Evidencia-se que são os grupos de área com menor disponibilidade de terras, aqueles com menos de 1 hectare aqueles que são francamente mais diversos. Já os grupos de área que caracterizam a produção patronal são crescente especializado na produção pecuária (tabela 18).

Tabela 17: Índice de Especialização de Krugman (IK) para grupos de área por produção familiar e patronal (1996 e 2006)

Grupos de área total	IK 1996
Familiar	
Menos de 1 ha	1,51
1 a menos de 2 ha	1,24
2 a menos de 5 ha	1,15
5 a menos de 10 ha	1,13
10 a menos de 20 ha	1,00
20 a menos de 50 ha	0,84
50 a menos de 100 ha	0,46
100 a menos de 200 ha	0,10
Produtor sem área	-
Patronal	
200 a menos de 500 ha	0,46
500 a menos de 1.000 ha	0,69
1.000 ha e mais	0,78

Nota 1: Calculou-se também o Coeficiente de Especialização (CE) para a mesma base e o grau de associação entre CE e IK, para os anos de 1996 e 2006, inferidos pelo coeficiente de Pearson, resultou, respectivamente em 0,98 e 0,99.

Fonte: Monteiro, et al. (2016).

Por conseguinte, o IK permite ter uma mensuração do nível de especialização dos estabelecimentos por grupos de área em função da diversidade das atividades econômicas neles desenvolvidas. O CL permite comparar e identificar características distintas da concentração dos nove tipos de atividade econômica, bem como, inferir que, no período intercensitário, a atividade pecuária aprofundou-se como a mais generalizada (Gráfico 3). Já, o próximo índice que se apresenta, Quociente Locacional (QL), torna possível

apontar, para cada um dos grupos de área, como estão distribuídos (concentrados) os nove grupos de atividade econômica corroborando e detalhando os resultados dos índices analisados anteriormente (Tabela 19 e 20).

Tabela 18: Quociente de localização (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (1996)

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Familiar									
Menos de 1 ha	0,000	1,154	2,135	0,441	0,752	27,825	0,000	0,320	0,496
1 a menos de 2 ha	0,000	0,527	3,167	2,215	2,554	10,728	0,000	1,430	1,246
2 a menos de 5 ha	0,089	0,664	1,413	0,894	1,701	16,015	0,000	1,329	1,440
5 a menos de 10 ha	0,087	1,315	1,731	2,382	2,462	10,081	0,000	2,127	1,010
10 a menos de 20 ha	0,215	1,868	2,664	1,244	2,953	0,501	0,000	2,957	1,719
20 a menos de 50 ha	0,428	1,807	2,346	2,395	2,185	0,885	0,406	2,359	1,345
50 a menos de 100 ha	0,726	1,338	1,453	1,665	1,313	0,203	2,298	1,369	1,816
100 a menos de 200 ha	0,978	1,504	1,038	0,842	1,159	0,074	4,571	0,985	1,089
Produtor sem área	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patronal									
200 a menos de 500 ha	1,112	1,233	0,773	0,998	0,713	0,527	0,514	1,404	0,724
500 a menos de 1.000 ha	1,361	0,434	0,453	0,169	0,674	0,017	0,176	0,371	0,350
1.000 ha e mais	1,465	0,336	0,123	0,192	0,197	0,035	0,000	0,103	0,555

Fonte: Monteiro, *et al.* (2016).

Tabela 19: Quociente de localização (QL) por grupos de atividade econômica e por grupos de área total (2006)

Grupos de área total	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves e pequenos animais	Lavouras permanentes	Lavouras temporárias	Horticultura e floricultura	Silvicultura	Extração vegetal	Agroindústria
Familiar									
Menos de 1 ha	0,000	0,000	0,883	0,154	5,648	52,850	0,000	18,451	0,000
1 a menos de 2 ha	0,005	1,179	0,735	1,404	4,500	51,359	0,000	25,390	0,000
2 a menos de 5 ha	0,199	2,028	1,034	0,182	11,371	8,949	0,000	19,755	0,095
5 a menos de 10 ha	0,890	1,756	2,473	1,480	1,410	1,744	1,899	1,773	2,544
10 a menos de 20 ha	0,914	2,486	1,490	0,757	1,417	1,622	7,348	0,150	2,811
20 a menos de 50 ha	0,720	2,457	2,390	2,011	3,745	0,700	4,137	1,819	3,697
50 a menos de 100 ha	0,922	1,962	1,603	0,353	2,137	0,887	2,078	0,600	2,548
100 a menos de 200 ha	0,814	1,176	0,561	7,291	0,797	0,167	0,231	0,269	0,512
Produtor sem área	-	-	-	-	2,074	41,665	0,000	77,668	19,444
Patronal									
200 a menos de 500 ha	1,065	1,997	0,886	0,362	0,535	0,322	0,000	0,146	1,155
500 a menos de 1.000 ha	1,123	0,589	0,190	0,093	0,156	0,066	0,000	2,340	0,044
1.000 ha e mais	1,136	0,198	0,695	0,000	0,041	0,006	0,000	0,000	0,063

Fonte: Monteiro, et al. (2016).

A aplicação do indicador QL permite constatar, a diversidade de composições e de interações entre atividades econômicas. Evidencia-se a diferenciação interna na agricultura familiar, em ambos aos anos da pesquisa os estabelecimentos no grupo de área “menos de 1 ha” e de “1 a menos de 2 ha” a inexistência da pecuária e especialização relativa na “horticultura floricultura”. Já nos grupos de área “2 a menos de 5 ha” e de “5 a menos de 10 ha”, em 1996, fica evidente a especialização na Horticultura e floricultura, especialização que irá retroceder em 2006 (Tabelas 16 e 17).

Evidencia-se também, em ambos os anos expressiva linearidade entre a ampliação na dimensão da área do grupo e a crescente especialização relativa do estabelecimento na atividade pecuária (Tabelas 16 e 17).

Todas as medidas indicam, por conseguinte, uma clara tendência de aprofundamento da pecuarização no agrário regional, representada pela expansão do predomínio da atividade pecuária na região de Marabá, o que se infere pelo aumento da extensão de áreas destinadas à tal atividade; pela ampliação do número de estabelecimentos, tanto familiares como patronais, com a presença da pecuária; pela ampliação do pessoal ocupado na atividade; pela alteração da composição do VBP regional com a ampliação do valor relativo à atividade pecuária; e pela crescente especialização dos estabelecimentos na pecuária.

A pecuarização implica, assim, um processo homogeneização produtiva, mas uma homogeneização, em certa medida, diferente do que a apontada por Monteiro (2005, p. 2004), na medida em que o autor faz referência, sobretudo, ao estabelecimento estruturas e espaços homogêneos, tais como

à plantação de centenas de milhares de árvores de pínus ou de eucalipto destinadas à produção de celulose, à pecuária de corte e às grandes empresas e fazendas nas quais se pratica a monocultura, em áreas muitas vezes superiores a 30 mil hectares Monteiro (2006, p. 3).

Diferente, na medida em que, este processo de homogeneização produtiva, tendo por base a pecuarização, envolve segmentos sociais, como agricultores familiares que, em tese, estariam vinculados a estratégias reprodutivas que, na Amazônia, privilegiam a diversificação produtiva da unidade e a intensificação do trabalho familiar por unidade de área apropriada pela família.

A produção familiar, ao reforçar dinâmicas de homogeneização, do agrário regional soma-se, contraditoriamente, aos atores sociais que atrelam suas estratégias produtivas e reprodutivas a negação da diversidade cultural, econômica, social e ambiental da região. Isto porque recorrem, sobretudo, a

matrizes tecnológicas ambientalmente danosas, porquanto desenvolvidas na relação com outros ecossistemas, reforçando dinâmicas de homogeneização do espaço regional que se materializavam na aplicação de aparatos de padronização que negam o capital natural contido na diversidade biológica da Amazônia. A dimensão, a amplitude e o impacto dessa padronização podem, como já ocorreu em diversas áreas, transformar em tais níveis a natureza originária que não se poderá mais obter uma utilização qualificada das suas peculiaridades(MONTEIRO, 2006, p. 6).

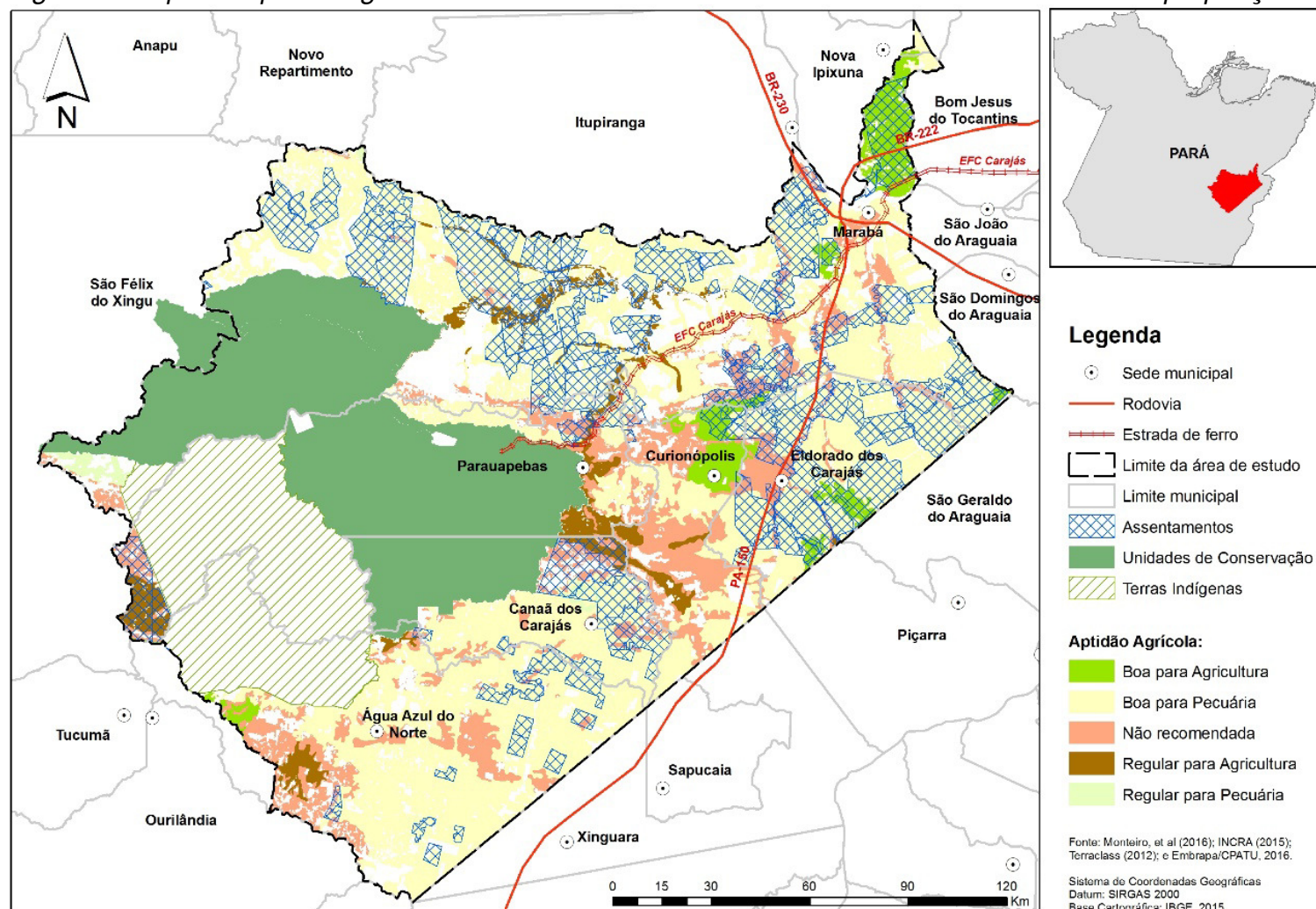
Demonstrado que no período intercensitário, compreendido entre 1996 e 2006, a principal e mais relevante mudança no agrário da região de Marabá é a pecuarização da produção no agrário. Sendo a pecuária bovina a principal da base da produção dos estabelecimentos patronais, o grande achado empírico desta pesquisa recai, por conseguinte, sobre a tendência e o ritmo acelerado com esta atividade ganha espaço no interior dos estabelecimentos familiares. O próximo e final item deste trabalho dissertativo procura apresentar algumas das possíveis razões para que tal tendência tenha se firmado no agrário da região no âmbito dos estabelecimentos familiares.

6. À GUIA DE CONCLUSÃO: POSSÍVEIS CONDICIONANTES DA PECUARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL NA REGIÃO

A diferenciação de trajetórias e de tendências da produção vinculada à agricultura familiar vincula-se as condicionantes agroecológicas, socioeconômicas, socioculturais, e político-institucionais e a idade da colonização. Todavia, a tendência à pecuarização da agricultura aqui constatada é, aparentemente, decorre, sobretudo, de condicionantes político-institucionais, a saber: a) a política de reforma agrária, responsável pelo estabelecimento dos locais de instalação da quase totalidade dos estabelecimentos agropecuários da região; e b) a política institucional de crédito agrícola.

Em relação à política de reforma agrária, é possível inferir o quão decisivo é para a tendência de pecuarização apontada pelo presente trabalho cotejando-se a localização dos assentamentos da reforma agrária, amplamente responsáveis pelo estabelecimento da agricultura familiar em Marabá, com aptidão agrícola dos locais onde foram instalados. A quase totalidade deles ocupa áreas cuja aptidão agrícola é a de “boa para a pecuária”. raríssimas exceções são observadas (Figura 3).

Figura 3: Mapa de aptidão agrícola da área da estudoe das formas manifestas de uso e de apropriação do solo



Fonte: Monteiro, et al. (2016).

O quadro de aptidão agrícola, certamente, também condiciona a pecuarização dos estabelecimentos patronais, haja vista que é residual na área de estudo os locais classificados como bom para a agricultura (Tabela 20).

Tabela 20: Dimensionamento das classes de aptidão agrícola da área de estudo e das formas manifestas de uso e de apropriação do solo

	Área (hectares)
Boa para agricultura	111.320,22
Boa para pecuária	1.450.589,90
Não recomendada	363.655,14
Regular para agricultura	106.782,09
Regular para pecuária	14.293,74
Total	2.046.641,10

Nota 1: Não inclui a classificação de aptidão agrícola de Terra indígena, Unidades de conservação e florestas preservadas.

Nota 2: Área Mínima Comparável que abarca a configuração territorial, em 2006, dos municípios paraenses de Água Azul do Norte; Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

Fonte: Monteiro *et al.* (2016)

A Tabela 21- abaixo- ao apresentar, em percentuais, a dimensão das classes de aptidão agrícola dos assentamentos da reforma agrária situados na área de estudo, nas quais se pressupõem a existência de apropriação da terra pela produção familiar, torna evidente que, no âmbito da classificação utilizada pela Embrapa, apenas 12,1% das áreas onde se encontram os assentamentos da reforma agrária são classificados como tendo boa ou regular aptidão para a agricultura, por outro lado, 76,5% dessas áreas são classificados como dotados de boa ou regular aptidão para a pecuária. A área de abrangência do estudo realizado é notadamente marcada pela concentração de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

Tabela 21: Dimensionamento das classes de aptidão agrícola dos assentamentos da reforma agrária situados na área de estudo

	Área (%)
Boa para agricultura	4,7
Boa para pecuária	76,3
Não recomendada	11,4
Regular para agricultura	7,3
Regular para pecuária	0,2
Total	100,0

Fonte: Monteiro *et al.* (2016)

A política de reforma agrária, mormente o critério para seleção de áreas para realização de assentamentos tem influência decisiva na tendência de pecuarização registrada nos estabelecimentos familiares.

Muito provavelmente, soma-se à política de reforma agrária à política institucional de crédito agrícola como condicionante que esforço dinâmico de pecuarização registrada. Patrocina este tipo de raciocínio, o fato de que a tendência de incremento da pecuarização dos estabelecimentos familiares na região de Marabá guarda relação com a ampliação do crédito rural destinado a este segmento no período intercensitário em análise(Tabela 21).

Tabela 22: Valor dos financiamentos obtidos, por área dos estabelecimentos agropecuários, por grupos de área total e por agricultura familiar e patronal (1996 - 2006)

Grupos de área total	Financiamentos obtidos 1996			Financiamentos obtidos 2006		
	(Mil Reais)	Total (hectares)	R\$/hectare	(Mil Reais)	Total (hectares)	R\$/hectare
Total	10.705	1.445.977	7,40	19.471	1.404.177	13,87
Familiar	5.829	328.250	17,76	14.648	344.212	42,56
Menos de 1 ha	34	48	695,50	11	45	244,44
1 a menos de 2 ha	36	92	393,53	9	82	109,76
2 a menos de 5 ha	259	1.221	212,13	63	939	67,09
5 a menos de 10 ha	417	3.060	136,31	981	5.082	193,03
10 a menos de 20 ha	373	6.792	54,93	2.559	16.956	150,92
20 a menos de 50 ha	2.487	106.695	23,31	7.215	136.275	52,94
50 a menos de 100 ha	1.415	112.775	12,54	2.456	96.359	25,49
100 a menos de 200 ha	808	97.566	8,28	1.354	88.474	15,30
Patronal	4.876	1.117.727	4,36	4.823	1.059.965	4,55
200 a menos de 500 ha	497	126.389	3,94	1.439	148.111	9,72
500 a menos de 1.000 ha	1.394	124.783	11,17	1.194	117.884	10,13
1.000 ha e mais	2.985	866.554	3,44	2.190	793.970	2,76

(1) Valores deflacionados para 2006 pelo IGP-M (FGV)

Fonte: Monteiro et al. (2016)

Os financiamentos para empreendimentos familiares quase triplicaram no período, já os para empreendimentos patronais tiveram um pequeno (Tabela 22). Aparentemente, foi esta ampliação nos níveis de financiamento que auxiliou e fomentou a expansão da pecuária de corte no âmbito dos estabelecimentos familiares que tinham como fornecedores do gado bovino os grandes proprietários fundiários.

Os atores sociais articulados em torno da produção agropecuária patronal são a ponta de lança deste processo de pecuarização, homogeneização, do

agrário regional que por suas relações com o Estado conseguem reforçar seus interesses e estratégias de reprodução, e o fazem, provavelmente, de forma articulada às políticas públicas da reforma agrária e, certamente, às políticas de oferta de crédito rural. Já atores sociais articulados em torno da produção familiar findam por reforçar a pecuarização e a homogeneização produtiva da região pela forma que internalizam condicionantes externos, nesse caso a aptidão agrícola do solo com a qual têm que lidar e a oferta de crédito vinculada a aparatos que induzem a padronização produtiva.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. 3ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Rogério Henrique. **Territorialização do campesinato no Sudeste do Pará**. Belém: NAEA, 2012.

BARTRA, Armando Vergés. **Os Novos Camponeses**: Leituras a partir do México Profundo. Tradução de Maria Angélica Pandolfi; revisão técnica de Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, Silvia Beatriz Adoue. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco da Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, Unesp, 2011.

BERGAMASCO, S.M.P.P. Caracterização da Agricultura Familiar no Brasil a partir dos dados da PNAD. **Reforma Agrária**, Campinas-SP, v.25, n 2 e 3, p. 167-177.

BOSETTI, Cleber José. **O camponês no olhar sociológico**: de fadado ao desaparecimento à alternativas ao capitalismo. Revista IDEAS-Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v.5,n.2,p.08-32, 2012.

CARDOSO, Ciro Flamorion. **Camponês, Campesinato**: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André (Org.). O Campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CASTRO, Edna. Dinâmicas socioeconômicas e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.9, n 1, jul.2006.

CASTRO, Edna. Tradição e Modernidade. A propósito de formas de trabalho na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, dez. 1999.

CENSO AGROPECUÁRIO IBGE (1995/96). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

CENSO AGROPECUÁRIO IBGE (2006). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

CHAYANOV, Alexander. **La Organizacion de la Unidad económica Campesina**. Buenos Aires, 1974.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo: Teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira.** 2ª edição. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: Os desafios do desenvolvimento sustentável.** 2ª edição. Belém: NAEA, 2012.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém: Gráfica e Editora universitária-UFPA, 1988.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar.** Brasília, FAO/INCRA, 98 p, 1994.

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009.

GARCIA-FILHO, Danilo Prado. **Análise diagnóstico de Sistemas Agrários: guia metodológico.** INCRA/FAO, 1994.P.65.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000. Disponível em: <www.INCRA.gov.br/fao>.

GUANZIROLI, C. E; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura Familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O Posseiro da Fronteira: Campesinato e Sindicalismo no Sudeste paraense.** Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HALL, Antony. **Amazônia: Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito Social no Programa Grande Carajás.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

HÉBETTE, Jean. O surgimento do Programa CAT. A luta camponesa pela terra. In: **CAT- Ano décimo: Etnografia de uma utopia;** HÉBETTE, J. & NAVEGANTES, Raul(org.). Belém, UFPA, 2000.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.** Novos cadernos do NAEA. V.8, n. 1- p.019071. Belém, 2005.

_____. A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colônia até hoje. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. II, p. 33-43. Belém: EDUFPA, 2004

_____. A resistência dos posseiros. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. II, p. 192-196. Belém: EDUFPA, 2004.

_____. Terra “pra burro”. In: **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. p, 43-50 Belém: EDUFPA, 2004

HOMA, A.; WALKER, R. et.al. **Redução do Desmatamento na Amazônia: meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília: Embrapa, 1998 p119-143.

HURTIENNE, T. A agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável: Problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia. **Revista Econômica do Nordeste**, número especial, O Nordeste no novo milênio, v.30, p. 442-467, dez. 1999.

HURTIENNE, Thomas. **Agricultura familiar na Amazônia Oriental**. Novos Cadernos do NAEA. V.2, n. 1, Belém, 1999, p. 75-94

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, Hurgues. **A Agricultura Familiar: comparações internacionais**. Campinas: UNICAMP, 1997.

LÊNIN, Wladimir Ilich. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica**. In: Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Pioneira. 1975

_____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil: Terra e poder, o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica à Economia Política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENDRAS, Henry. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MONTEIRO, M. A.; CRUZ, A. G.; CAMACHO, M. S.; SILVA, R. P.; SILVA, E. P. R.. Tendências no uso do solo na região da Marabá. In: **Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Marabá-PA, 2016.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. In: MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2006, p. 3-13.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 187-207, Apr. 2005.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; GEMAQUE, S. S. T. . Mineração industrial e a estabilidade de assentamentos rurais no sudeste do estado do Pará, Brasil. **Raízes** (UFPB), v. 25, p. 48-54, 2006.

NAVARRO, Z. **A agricultura familiar no Brasil:** entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, et all (Orgs.). *A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: Ipea, 2010. 298 p.

PAVAN, Milena Serafim. **Agricultura familiar:** Uma “análise política” das Políticas e Instituições. Campinas, Sp: [s/n], 2011.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e Impérios Alimentares:** Lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SCHIMINK, Marianne; WOOD, Charles H. **Conflitos Sociais e Formação da Amazônia.** Tradução de Noemi Miyasaka Poro e Raimundo Moura. Belém: ed.ufpa, 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, 51, p. 99-121, fev. 2003.

SHANIN, Teodor. **A Definição de Camponês:** Conceituações e desconceituações o velho e o novo em uma discussão marxista. In: *Revista Nera*, Ano, 08, julho/dezembro de 2005.

SILVA, J. R.; JESUS, P. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. In: **V Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação (CONNEPI)**, 5., 2010, Maceió. Anais... Maceió: Centro de Convenções de Maceió, 2010. p.1-2.

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture:** Le paysan polonais. Librairie Armand Colin, Paris, 1973.

VEIGA, José Eli da. Delimitando a Agricultura Familiar. **Revista Reforma Agrária**, nº 25, Campinas: ABRA, p. 128-141, 1995.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão estrutura agrária:** estudo do progresso de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um espaço de vida:** Reflexões sobre a propriedade da Terra Agricultura Familiar e Ruralidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. As questões em debate: Agricultura familiar ou Latifúndio? In: LAMARCHE (Org.). **Agricultura familiar:** do mito à realidade, 1ª edição. Campinas: UNICAMP, 1998, v, p. 27-31.

_____. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro, In: João Carlos Tedesco. (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. 1ª edição. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 1999v., p. 23-56.

WOLF, Éric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

Este trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do projeto “Desenvolvimento de Competência e Formação de Recursos Humanos em Recuperação de Áreas Degradadas em Projetos de Assentamentos em Áreas Amazônicas”, programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade, Edital nº 047/2012.

